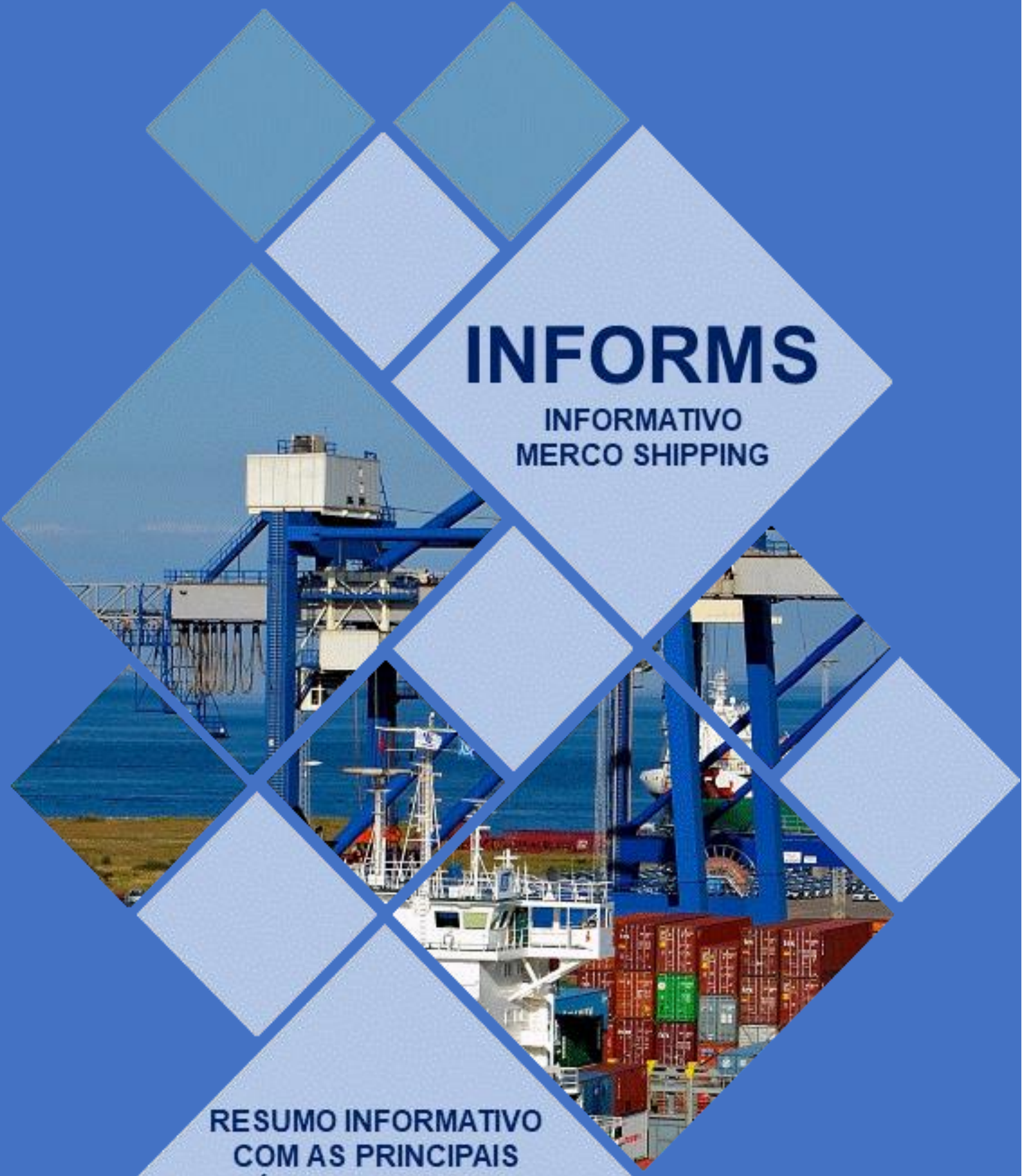
INFORMS

INFORMATIVO MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO COM AS PRINCIPAIS NOTÍCIAS DOS SETORES PORTUÁRIO E DE NAVEGAÇÃO

Edição 151/2022
Data: 24/11/2022

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)....4

SANTOS TEM PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA CASOS DE COVID EM CRUZEIROS 4
APAGÃO DERRUBA SISTEMAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS DA PRF 5

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS....6

ANTAQ PARTICIPA DA ABERTURA DA 17ª EDIÇÃO DA EXPOLOG, EM FORTALEZA (CE) 6

GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF....6

INFRA S.A. DESENVOLVE METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DE IMPACTOS DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA 6
SENATRAN E SERPRO LANÇAM SOLUÇÃO PARA SIMPLIFICAR GESTÃO DE FROTA DE VEÍCULOS 7
MELHORIAS NA BR-020/GO FACILITAM TRANSPORTE DE CARGAS ENTRE CENTRO-OESTE E NORDESTE 8
CINCO ATIVOS DE INFRAESTRUTURA SÃO PRIORITÁRIOS PARA RECEBER INCENTIVOS FISCAIS 8

GOV – BR – MINISTÉRIO DA ECONOMIA - DF....9

COMPANHIAS MENORES NÃO PRECISAM FAZER PUBLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS EM SITE PRÓPRIO 9
SPU LIBERA VENDA DE MAIS 23 IMÓVEIS EM DEZEMBRO 10
ESTOQUE DE TÍTULOS DO TESOURO DIRETO ROMPE A BARREIRA DOS R$ 100 BILHÕES EM OUTUBRO DE 2022 12
EXPOSIÇÃO DA UNIÃO A RISCOS ESPECÍFICOS TOTALIZA R$ 4,9 TRILHÕES EM 2022 13
PORTO SEM PAPEL LANÇA APLICATIVO PARA APERFEIÇOAR REGISTRO DE INFORMAÇÕES PORTUÁRIAS 15
CENTRAL DE ATENDIMENTO DE PESSOAL EM BOA VISTA É ATIVADA 15
MINISTÉRIO DA ECONOMIA FAZ VISITA TÉCNICA À JUNTA COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO 16
MINISTÉRIO DA ECONOMIA INCENTIVA CONCORRÊNCIA NO MERCADO BRASILEIRO DE DIESEL 16
MAIS DE 140 MILHÕES DE BRASILEIROS JÁ ESTÃO CADASTRADOS NO GOV.BR 17
GOIÂNIA É A PRIMEIRA CIDADE A REALIZAR PREGÃO ELETRÔNICO PELA NOVA LEI DE LICITAÇÕES POR MEIO DO COMPRAS.GOV.BR 18

PORTAL PORTO GENTE....19

TRIPLICA NÚMERO DE BRASILEIROS EM PORTUGAL QUE QUEREM VOLTAR AO PAÍS 19

BE NEWS – BRASIL EXPORT....20

MISSÃO ESPANHA 2022 - PLATAFORMA LOGÍSTICA DE ZARAGOZA VAI AMPLIAR CORREDOR FERROVIÁRIO 20
PORTOS - SENADO APROVA INDICAÇÕES PARA ANTT E ANTAQ 22
REGIÃO SUDESTE - SPA FLEXIBILIZA AGENDAMENTO DE CAMINHÕES NO PORTO DE SANTOS 24
RODOVIAS - DNIT ALEGA PRECISAR DE R$ 23 BILHÕES PARA MANUTENÇÃO E OBRAS EM RODOVIAS 24
REGIÃO SUL - PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL REGISTRAM QUEDA NA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS 26

O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP....27

STOLTHAVEN TERMINALS E DELOITTE FAZEM PARCERIA EM UM PILOTO DE DESCARBONIZAÇÃO 27
GOVERNO DE SP AMPLIA BENEFÍCIO DE ICMS PARA BIOGÁS E BIOMETANO 27
ACS SE AFILIA À ICC E REFORÇA SUA CREDIBILIDADE INTERNACIONAL 28
PORTO DO PECÉM CONQUISTA 1º LUGAR EM PREMIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA 29
COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA APROVA INDICADOS PARA ANATEL, ANTAQ E ANPD 30
PETROBRAS CONCLUI COM SUCESSO TESTES EM FROTA DE ÔNIBUS DO DIESEL R COM CONTEÚDO RENOVÁVEL 32
BRASIL PODERIA EXPORTAR ATÉ 50 MILHÕES DE TONELADAS EM 2023 COM GRANDE SAFRA E CHINA 34
PUTIN PROMETE AUMENTAR ESFORÇOS PARA DESBLOQUEAR EXPORTAÇÕES RUSSAS DE FERTILIZANTES 34

JORNAL O GLOBO – RJ....35

ECONOMISTAS DA TRANSIÇÃO TÊM PRIMEIRA REUNIÃO COM GUEDES 35
FUNDOS DE INVESTIMENTOS COMEÇAM A PUBLICAR PEGADA DE CARBONO DE SUAS CARTEIRAS 36
TARIFA DE ENERGIA DEVE SUBIR, EM MÉDIA, 5,6% EM 2023, ESTIMA ANEEL 37
TRANSIÇÃO: POLÍTICA DE PREÇOS NÃO É DA PETROBRAS, É DO GOVERNO, DIZ SENADOR 38
BRASIL FAZ SUA PRIMEIRA EXPORTAÇÃO DE MILHO PARA CHINA 39

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP....40

POLÍTICA DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS NÃO É DA PETROBRAS, MAS DO GOVERNO, DIZ EQUIPE DE LULA 40
SUSTENTABILIDADE COM VANTAGEM FINANCEIRA: COMBINAÇÃO POSSÍVEL NO SETOR DE ENERGIA 41

VALOR ECONÔMICO (SP)....42

CRESCE PARTICIPAÇÃO DOS PORTOS DO ARCO NORTE NA EXPORTAÇÃO DE SOJA 43

Usinas fixaram em outubro preço de 2,4 milhões de toneladas de açúcar para exportação em 2023/24 43
Equipe de transição pede, e privatizações de Santos e aeroportos são pausadas 44
G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO 45
Conheça o 5G privado e entenda como a tecnologia vai funcionar nos portos 45
PORTAL PORTOS E NAVIOS 47
Xeneta destaca excesso de contêineres e queda na demanda.....47
Hidrovias do Brasil recebe aprovação para operar maior comboio do país 47
Daniel Litvin acaba de assumir o cargo de diretor de operações da Tópico.....48
Brado publica seu primeiro relatório de sustentabilidade 49
Projeto na Colômbia busca financiamento para construir alternativa ao Canal do Panamá 49
Navio de 23.000 TEUs da CMA CGM recebe GNL via ship to ship no Porto de Yantian 50
KNOT encomenda navio-tanque para afretamento à Transpetro.....50
MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA 51
Este InforMS também está nas páginas do LINKEDIM.COM 51

A TRIBUNA DIGITAL (SP)

SANTOS TEM PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA CASOS DE COVID EM CRUZEIROS

Medidas seguem diretrizes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e estabelece condutas localmente

Por: ATribuna.com.br

Objetivo é dar condições para a assistência em saúde dos passageiros Foto: Rogério Soares/AT/Arquivo

Pelo segundo ano consecutivo, a Prefeitura de Santos terá um plano de contingência que será acionado em casos de detecção da covid-19 em navios de cruzeiro que passarem pelo Porto. De acordo com o documento, os passageiros ou tripulantes contaminados deverão ser atendidos em hospitais da rede privada.

Elaborado pelo Departamento de Vigilância em Saúde (Devig), da Secretaria de Saúde, o plano segue as diretrizes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e estabelece condutas localmente. O objetivo é dar condições para a assistência em saúde dos passageiros desembarcados e para a execução das ações locais de vigilância epidemiológica.

Ao detectar caso de covid-19, de pessoa sintomática ou assintomática, caberá ao navio ou agente marítimo informar o Município, Estado e Anvisa sobre essa situação e a necessidade de desembarque. O médico a bordo deverá fazer relatório técnico detalhado sobre a condição do paciente.

Pessoas assintomáticas ou com sintomas leves serão obrigadas a fazer isolamento na embarcação até o desembarque no porto de origem, para o retorno à sua residência. Já os que necessitarem de internação serão encaminhados para hospitais privados, da rede conveniada da empresa marítima.

Esse transporte deverá ser providenciado pela companhia de cruzeiros, em ambulância ou veículo com motorista fazendo uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) e protocolos de higienização.

Passageiros e tripulantes hospitalizados serão acompanhados por equipe especializada designada pela empresa marítima ou companhia de seguros, sob supervisão do Município e do Estado.

Passageiros ou tripulantes com covid que não cumprirem o período de quarentena e desejarem retornar para a sua residência devem assinar um termo de responsabilidade. Os que ficarem hospedados em hotéis também serão acompanhados por equipes de saúde e representantes da empresa marítima e da companhia de seguros. O hotel também ficará com a responsabilidade de cumprimento das regras sanitárias do isolamento.

Autoridades agem de forma integrada

A Prefeitura de Santos deve avaliar o cenário epidemiológico e, em caso de impossibilidade das operações de cruzeiros, informar a situação ao Estado, que é responsável pelos relatos à Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Após os desembarques, o Município tem de monitorar casos de covid-19 associados aos navios com pacientes e tripulantes internados ou em isolamento. Turistas e marítimos saudáveis, que desembarcam na Cidade, serão supervisionados pelo Município, seguindo os protocolos locais nos transportes, atrações, entre outros lugares.

A Seção de Vigilância Sanitária, da Secretaria de Saúde de Santos, faz a vistoria prévia em todos os estabelecimentos indicados (como hotéis, laboratórios e hospitais), com o objetivo de verificação da licença sanitária e do cumprimento dos protocolos da covid-19.

Já a Seção de Vigilância Epidemiológica da SMS receberá as fichas de notificação dos casos. Cabe também a ela solicitar ao laboratório referenciado pela companhia marítima ou seguro as amostras de exames coletados, para envio ao Instituto Adolfo Lutz, que realizará o sequenciamento genético do vírus, a fim de identificar qual a cepa causadora da doença.

As companhias que integram a Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (Clia) continuam seguindo os protocolos definidos pelas autoridades. Tudo, diz em nota, para que as experiências únicas vivenciadas nos cruzeiros continuem a ocorrer.
Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 24/11/2022

APAGÃO DERRUBA SISTEMAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS DA PRF

A confecção de boletins de ocorrência e outros serviços oferecidos pela PRF em todo o País estão indisponíveis
Por: ATribuna.com.br

A PRF sofreu um apagão de larga escala que tirou do seu sistema todos os serviços públicos de informações Foto: Divulgação

Em meio a uma crise sem precedentes que põe sob suspeita seu diretor-geral, Silvinei Vasques, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) sofreu um apagão de larga escala que tirou do seu sistema todos os serviços públicos de informações. Estão indisponíveis há pelo menos quatro dias o registro de acidentes, fiscalização de trânsito, a confecção de boletins de ocorrência e outros serviços oferecidos pela PRF em todo o País.

Entre os portais atingidos estão: o Sinal, no qual é possível comunicar roubos ou furtos de veículos; o Sinal Desaparecidos, em que se denuncia o desaparecimento de pessoas; e o sinal Agro, onde se registra o furto de animais e maquinários agrícolas. Quando acessados, os sites registram a mensagem de "sistema em manutenção".

Comunicado que circula entre grupos internos da PRF indica que um equipamento da corporação apresentou problemas "físicos" na noite do domingo, 20. O texto informa que a integridade dos dados está garantida, mas indica que o equipamento voltou a falhar na tarde desta quarta-feira, 22.

Ainda de acordo com o documento, assinado pela Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação da PRF, os dados estão sendo transferidos para um novo equipamento. "Após o término dessa migração, o acesso às aplicações será restabelecido", diz o texto.
Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 24/11/2022

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ PARTICIPA DA ABERTURA DA 17ª EDIÇÃO DA EXPOLOG, EM FORTALEZA (CE)

Evento acontece nos dias 23 e 24 de novembro. Agência participa de painéis para discutir sobre cabotagem e investimentos portuários

aberturaexpolog.jpeg

Brasília, 23/11/2022 - Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) participa da 17ª edição da Expolog - Feira Internacional de Logística, que está sendo realizada no Centro de Eventos do Ceará, em Fortaleza, entre os dias 23 e 24 de novembro. A Expolog é a maior feira multimodal de transporte e logística das regiões Norte e Nordeste.

Este ano, o tema principal "Logística Inteligente". Dentro dessa temática, a ANTAQ participa do painel sobre Cabotagem, na quarta-feira (23), com apresentação do gerente de Afretamento da Navegação, Augusto Vedan, e na quinta-feira (24), o superintendente de Outorgas, Renildo Barros, fala sobre investimentos portuários.

Nesta edição, a ANTAQ e a ANTT montaram um estande conjunto para receber os visitantes da feira, apresentar e divulgar os trabalhos desenvolvidos pelas agências, além de trocar experiências e networking com empresas e órgãos públicos ligados ao setor de infraestrutura de transporte.

O formato do evento é híbrido, com transmissão ao vivo das palestras e painéis. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pela plataforma Virtuali no link: https://app.virtualieventos.com.br/expolog2022/info

Confira a programação: https://app.virtualieventos.com.br/expolog2022/programacao

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ
Fone: (61) 2029-6520
FAX: (61) 2029-6517
E-mail: asc@antaq.gov.br
Data: 24/11/2022

GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF

INFRA S.A. DESENVOLVE METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DE IMPACTOS DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA

Planejamento elaborado pela empresa é baseado no direcionamento de ações que gerem maiores ganhos para a sociedade

Como forma de basear a tomada de decisões referente aos projetos de infraestrutura de transportes, foi apresentado, nesta quarta-feira (23), o Manual de Priorização de Ações e Avaliação Socioeconômica para Apoio ao Planejamento de Sistemas e Infraestruturas de Transportes, por

meio de seminário on-line. O documento elaborado pela equipe da Infra S.A., empresa fruto da incorporação da EPL pela Valec, subsidia os três níveis de planejamento de transportes: estratégico, tático e operacional.

Durante a abertura do webinário, que contou com a participação de técnicos da pasta e de outras áreas de interesse no Governo Federal, o ministro da Infraestrutura substituto, Bruno Eustáquio, destacou que a ferramenta apresentada demonstra o compromisso da pasta com o direcionamento amparado em evidências. “O planejamento de longo prazo precisa de boas ferramentas que suportem as decisões. O manual sinaliza a racionalidade do processo que é levado em consideração para a tomada de decisão na formação de uma carteira de projetos”, disse.

O documento é embasado em práticas e referências internacionais, bem como nas experiências adquiridas pela Infra S.A. e pelo Ministério da Infraestrutura na aplicação dos diferentes métodos durante a elaboração dos planos de transporte, nos estudos e na estruturação de projetos de infraestruturas de transporte ao longo dos últimos anos.

Também presente no evento, o diretor de Planejamento da Infra S.A., Alessandro Reichert, ressaltou que o manual está alinhado à vocação da Infra S.A., já que uma das principais atividades da empresa é fornecer as melhores condições para o desenvolvimento da rede de transportes.

Infra S.A.
Fusão inédita na administração pública, a Infra S.A. teve suas atividades iniciadas em outubro, com o objetivo de dar celeridade a obras de engenharia ferroviária, prestar serviços de planejamento e estruturar projetos de inovação no setor de transportes. Entre as principais prioridades da empresa está a estruturação da modelagem de projetos de desestatização.
Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF
Data: 24/11/2022

SENATRAN E SERPRO LANÇAM SOLUÇÃO PARA SIMPLIFICAR GESTÃO DE FROTA DE VEÍCULOS

O lançamento do web service ocorreu durante o 17º Fórum Internacional do Setor de Locação de Veículos

A Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran) do Ministério da Infraestrutura e o Serpro lançaram nesta quarta-feira (23) o e-Frotas, solução web service que simplifica o processo de gestão da frota de veículos para pequenas, médias e grandes empresas. O evento de lançamento ocorreu durante o 17º Fórum Internacional do Setor de Locação de Veículos.

A tecnologia oferece integrações para viabilizar a gestão da frota, com envio de notificações a cada alteração ou infração identificada para um veículo, bem como possibilita a realização de consultas pontuais comandadas pelos frotistas.

No evento de lançamento, o secretário nacional de Trânsito, Frederico Carneiro, destacou a participação do Estado como facilitador e parceiro dos negócios realizados pela iniciativa privada. “Esse é um projeto da parceria Senatran e Serpro criado para atender às demandas na gestão de frotas, com a simplificação do papel do Estado nas atividades do setor, focado em transformação digital e tecnologia, com o aperfeiçoamento da relação entre o público e o privado”, ressaltou o secretário.

Ao contratar o novo serviço, os frotistas conseguem consultar, diretamente da base de dados da Senatran, todos os dados dos veículos administrados, incluindo infrações, e também baixar o Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV).

As empresas por sua vez têm a garantia da legitimidade dos dados consultados, minimizando os riscos do negócio. A tecnologia dá fim à morosidade na obtenção de informações, evitando a perda de prazos e seus consequentes prejuízos financeiros.

Com informações do Serpro
Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF
Data: 24/11/2022

MELHORIAS NA BR-020/GO FACILITAM TRANSPORTE DE CARGAS ENTRE CENTRO-OESTE E NORDESTE

O investimento na região foi de aproximadamente R$ 25 milhões

As equipes do Dnit também trabalharam no alargamento e ampliação da extensão das faixas de aceleração/desaceleração do trevo de acesso ao município de Posse - Foto: Dnit/Divulgação

Revitalização do pavimento, alargamento de trevo e nova sinalização horizontal estão entre as melhorias realizadas pelo Ministério da Infraestrutura, por meio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), na BR-020/GO. Concluídas neste mês, as intervenções ocorreram entre os municípios de Alvorada do Norte, Simolândia, Guarani de Goiás e Posse (do km 162 ao km 252). O investimento foi de aproximadamente R$ 25 milhões.

As equipes do Dnit também trabalharam no alargamento e ampliação da extensão das faixas de aceleração/desaceleração do trevo de acesso ao município de Posse, garantindo um trânsito mais seguro e dinâmico aos usuários da rodovia. A BR-020 é de extrema importância, especialmente para a logística de abastecimento das regiões Centro-Oeste e Nordeste.
Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF
Data: 24/11/2022

CINCO ATIVOS DE INFRAESTRUTURA SÃO PRIORITÁRIOS PARA RECEBER INCENTIVOS FISCAIS

Aportes aprovados são para empreendimentos dos modais rodoviário, portuário e ferroviário

O Ministério da Infraestrutura (MInfra), por meio da Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias (SFPP), aprovou nas últimas semanas a inclusão de mais cinco projetos do setor na lista dos empreendimentos prioritários para receber incentivos fiscais do Governo Federal. Dois estão qualificados para emissão de debêntures incentivadas e três foram enquadrados no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi).

Os projetos de transportes habilitados ao Reidi devem receber incentivos de aproximadamente R$ 5,6 bilhões. São empreendimentos dos setores ferroviário, proposto pela empresa Rumo em Mato Groso (MT); portuário, concedido à Petróleo Sabbá para investimentos no Porto de Santarém (PA); e rodoviário, pela ViaPaulista, que prevê a conservação, manutenção e realização de obras em rodovias no estado de São Paulo (SP).

Já dois projetos ferroviários foram aprovados pelo MInfra para emissão de debêntures incentivadas. A proposta da empresa Rumo Malha Paulista prevê ações de infraestrutura em regiões de São Paulo. A da MRS Logística permitirá investimentos na malha ferroviária no Rio de Janeiro, em São Paulo e Minas Gerais. As debêntures incentivadas permitem às empresas captar recursos no mercado para financiar projetos de infraestrutura e estimular ações para o desenvolvimento do país.

Balanço mensal
De acordo com os resultados apontados no Boletim de Instrumentos de Fomento, nos 10 primeiros meses deste ano a emissão de debêntures incentivadas no setor de infraestrutura superou a marca de R$ 30,2 bilhões. Em relação ao total emitido, R$ 6,2 bilhões foram destinados ao setor de transporte e logística, sendo R$ 3,33 bilhões para o modal rodoviário; R$ 1,56 bilhão ao aquaviário e R$ 1,28 bilhão ao aéreo.

Nesse mesmo período, os investimentos previstos em projetos de transporte habilitados no Reidi são da ordem de R$ 17,5 bilhões, sendo 78,8% dos recursos previstos (aproximadamente R$ 14 bilhões) ao modal rodoviário. Dos 13 projetos aprovados nos 10 primeiros meses do ano, 12 deles estão localizados em estados das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste.

Marinha Mercante
Ainda conforme o boletim da SFPP, até outubro deste ano 62 obras de embarcação foram concluídas no país com o suporte do Fundo da Marinha Mercante (FMM), o que corresponde a um total de R$ 815,3 milhões em investimentos. O FMM é voltado ao financiamento da infraestrutura aquaviária e portuária, além de construção e manutenção navais.

Conforme dados do relatório, a previsão é que estaleiros construtores entreguem ainda 22 obras via FMM até o fim ano, incluindo reparos, conversões e modernizações de embarcações, totalizando 84 empreendimentos concluídos ao longo de 2022. Destaque para os empreendimentos marítimos em andamento em Itajaí (SC) e no Guarujá (SP).
Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF
Data: 24/11/2022

gov.br Governo Federal
Ministério da Economia

GOV – BR – MINISTÉRIO DA ECONOMIA - DF

COMPANHIAS MENORES NÃO PRECISAM FAZER PUBLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS EM SITE PRÓPRIO

Publicações poderão ser feitas apenas no Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)

Entra em vigor na próxima quinta-feira (1/12) a Portaria do Ministério da Economia nº 10.031/2022, que retira a obrigatoriedade de que empresas de capital fechado com receita bruta anual de até R$ 78 milhões realizem suas publicações e divulgações em seu próprio sítio eletrônico.

As publicações obrigatórias continuarão a ser feitas na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). O SPED é um sistema público, gratuito, que fornece ampla publicidade e transparência, por meio de acesso rápido e fácil via internet.

A consulta no sistema pode ser feita de forma simples através de parâmetros como o número do CNPJ ou o nome empresarial, ano e tipo de publicação, em uma base de dados unificada nacional, disponível a qualquer cidadão.

A nova norma altera a Portaria nº 12.071/2021, que regulamentou a realização das publicações obrigatórias no SPED. Desta forma, a alteração mantém o alcance e a transparência das informações, ao mesmo tempo em que reduz custos relevantes para as empresas que não possuem interesse econômico na manutenção de sites próprios.
Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF
Data: 24/11/2022

SPU LIBERA VENDA DE MAIS 23 IMÓVEIS EM DEZEMBRO

Bens, avaliados em mais de R$ 134 milhões, estão localizados em 11 estados

A Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União do Ministério da Economia (SPU/ME) coloca à venda uma nova rodada de imóveis da União para o mês de dezembro: são 23 ativos localizados em 11 estados do país. Ao todo, os imóveis estão avaliados em R$ 134 milhões. Os interessados devem enviar as ofertas eletronicamente, por meio do portal VendasGov. As ofertas envolvem apartamento, terrenos, terreno com benfeitoria, salas comerciais, casa, armazém, gleba urbana e edifício.

Nove ativos estão à venda por terem recebido Proposta de Aquisição de Imóveis (PAI), modalidade que permite que pessoas físicas ou jurídicas apresentem ofertas de compra para adquirir qualquer imóvel da União. São eles:

- Terreno avaliado em R$ 27.605.000,00, em Brasília (DF), localizado na SGAS 903, Lote 76, Asa Sul. O certame será no dia 6 de dezembro;
- Terreno com benfeitoria avaliado em R$ 15.860.000,00, em Uberaba (MG), localizado na Avenida Coronel Zacarias Borges de Araújo, nº 200, Bairro Distrito Industrial II. O certame será no dia 6 de dezembro;
- Terreno avaliado em R$ 1.780.000,00, em Divinópolis (MG), localizado na Rua Engenheiro Benjamin de Oliveira s/n, Bairro Esplanada. O certame será no dia 7 de dezembro;
- Gleba urbana avaliada em R$ 3.230.727,50, em Campo Grande (MS), localizada na Rua Wagner Jorge Borttoto, Lote 4, Quadra 51, Bairro Jardim Veraneio, com certame para o dia 8 de dezembro;
- Terreno avaliado em R$ 2.324.000,00, em Guarujá (SP), localizado na Rua Senador Salgado Filho, s/n, Jardim Santense, Vicente de Carvalho, com certame para o dia 12 de dezembro;
- Terreno avaliado em R$ 12.000.000,00, em Brasília (DF), localizado na SRIA QI 33, Lote 14, Guará II. O certame será no dia 14 de dezembro;
- Armazém avaliado em R$ 8.900.000,00, em Ibiraporã (PR), localizado na Rua Luiz Carlos Zani, s/n, saída para Londrina, Parque industrial Castelo Branco. O certame será no dia 14 de dezembro;
- Terreno avaliado em R$ $ 2.523.000,00, em Petrolina (PE), localizado na Rua Projetada 2, Lote 12, desmembrado da área "A" do antigo Aeroporto. O certame será no dia 15 de dezembro;
- Apartamento avaliado em R$ 1.258.612,91, em Brasília (DF), localizado na SQN 106, Bloco H, Apartamento 201, Asa Norte. O certame será no dia 16 de dezembro.

Pessoas físicas ou jurídicas que enviaram proposta por meio da PAI, contrataram a avaliação e homologaram o laudo na SPU têm direito à preferência na aquisição do imóvel. Durante o andamento das sessões públicas, caso não ganhem a concorrência pública pela maior oferta, podem arrematar o imóvel pelo mesmo valor do maior lance oferecido por um terceiro. Se preferir não exercer esse direito, além da devolução da caução, o interessado é reembolsado dos custos de avaliação diretamente pelo ganhador da licitação.

Outros seis imóveis – que ainda não receberam PAI – também podem ser arrematados:

- Armazém avaliado em R$ 23.300.000,00, em Palmeira (PR), localizado na Rua Padre Anchieta 112, Área A e B, Vila Vida. O certame será no dia 1º de dezembro;
- Sala comercial avaliada em R$ 114.830,49, em Fortaleza (CE), localizada na Av. Desembargador Moreira, 1.701, Sala 703, Bairro Aldeota, com certame para o dia 12 de dezembro;
- Sala comercial avaliada em R$ 132.553,37, em Fortaleza (CE), localizada na Av. Desembargador Moreira, 1.701, Sala 704, Bairro Aldeota, com certame para o dia 12 de dezembro;

- Sala comercial avaliada em R$ 65.086,62, em Fortaleza (CE), localizada na Rua São Paulo, 32, Sala 1.303, Centro, com certame para o dia 12 de dezembro;
- Sala comercial avaliada em R$ 79.067,19, em Fortaleza (CE), localizada na Rua São Paulo, 32, Sala 1.304, Centro, com certame para o dia 12 de dezembro;
- Terreno avaliado em R$ 31.000,00, em Crato (CE), localizado na Estrada Malhada-ponta da Serra, s/n, Sítio Palmeirinha, com certame para o dia 12 de dezembro.

Os editais, as fotos dos imóveis e outros detalhes podem ser obtidos no portal VendasGov. Como o processo é conduzido de forma virtual, as ofertas podem ser apresentadas até a data da sessão pública. Entretanto, para ocorrer a validação, é necessário anexar o comprovante de pagamento da caução, equivalente a 5% do valor do imóvel, que deverá ser efetivado na Caixa Econômica Federal, conforme edital. A oferta de maior valor vence a concorrência. Caso a proposta apresentada não seja a vencedora, a caução é integralmente devolvida. Para registrar as ofertas é necessário possuir o cadastro único no Portal GOV.BR, que possibilita acesso às páginas do governo federal.

Como participar
Os interessados devem acessar o portal VendasGov, fazer o login pelo GOV.BR e enviar suas ofertas. As sessões públicas serão realizadas, sempre, às 10 horas ou às 15 horas.

Venda direta
Alguns imóveis estarão liberados para venda direta por intermédio de edital, publicado no Diário Oficial da União e no site de vendas de imóveis da União, na área de venda direta, com antecedência mínima de 10 dias corridos. Alguns já estão disponíveis para venda na página:

Rio de Janeiro
· Rio de Janeiro (RJ), edifício na Praça Mauá, 07, Centro (Edifício A Noite), avaliado em R$ 28.923.972,32, disponível para venda direta até o dia 18 de fevereiro de 2023.

Goiás
· Goiânia (GO), terreno na Rua Francisca Costa Cunha D. Tita, nº 460, Quadra 64-A, Lote 25, Setor Aeroporto, avaliado em R$ 405 mil, disponível para venda direta até o dia 28 de março de 2023.

Sergipe
· Aracajú (SE), casa na Rua Espírito Santo, nº 85, Siqueira Campos, avaliada em R$ 585 mil, disponível para venda direta até o dia 23 de janeiro de 2023.

Ceará
· Fortaleza (CE), terreno na Rua Pedro I, 461, esquina com a Rua Major Facundo, Centro, de 845,79 m² com área construída de 646 m², avaliado em R$ 2.344.220,12, disponível para venda direta até o dia 3 de dezembro de 2022.

Minas Gerais
· Barbacena (MG), terreno na Rua Olinto Magalhães, nº 279, Centro, com área construída de 624 m², avaliado em R$ 811.500,00, disponível para venda direta até o dia 27 de janeiro de 2023.

Paraná
· Uraí (PR), armazém na Estrada para Cruzeiro do Norte, s/n, km 9, com terreno de 46.920,00 m² e benfeitoria de 13.442,56 m², avaliado em R$ 2.167.500,00, disponível para venda direta até o dia 24 de fevereiro de 2023.

Santa Catarina
· Curitibanos (SC), terreno de 314 m² na Rua Ivo Balem, s/n, Bairro Bom Jesus, avaliado em R$ 77.250,00, disponível para venda direta até o dia 10 de fevereiro de 2023.

· Lages (SC), terreno de 360 m² na Rua Virgílio Ramos 38, Guadalupe, avaliado em R$ 206.250,00, disponível para venda direta até o dia 10 de março de 2023.

A formalização da solicitação de compra deve ser realizada pelo interessado, pessoa física ou jurídica, no site, autenticado pela sua conta no GOV.BR. Havendo solicitação de compra para o imóvel, a SPU iniciará o procedimento de venda em relação à primeira solicitação, classificada conforme ordem cronológica, restando sobrestadas as demais. A Secretaria se manifestará ao solicitante em até 15 dias corridos após o registro da solicitação.

Os atos relacionados ao processo de venda direta, inclusive os realizados por meio eletrônico, serão documentados no respectivo processo administrativo, com vistas à aferição de sua regularidade pelos órgãos de controle, internos ou externos.

Oportunidades ainda em novembro
Ainda neste mês de novembro, é possível adquirir imóveis. Veja alguns dos próximos certames deste mês:

· Florianópolis (SC), terreno com galpão avaliado em R$ 3.350.000,00, na Rua Irmã Bonavita, 829, Capoeiras, com certame para o dia 25 de novembro;

· Terreno com edificação em Patrocínio (MG), na Rua Tupi nº 2.185, Bairro Carajás, avaliado em R$ 6.960.000,00, com certame no dia 30 de novembro.
Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF
Data: 24/11/2022

ESTOQUE DE TÍTULOS DO TESOURO DIRETO ROMPE A BARREIRA DOS R$ 100 BILHÕES EM OUTUBRO DE 2022

Total de investidores ativos no Tesouro Direto atingiu a marca de 2.102.313 pessoas, um aumento de 12.187 investidores no mês

Base de Investidores
Em outubro último, o total de investidores ativos no Tesouro Direto, isto é, aqueles que atualmente estão com saldo em aplicações no Programa, atingiu a marca de 2.102.313 pessoas, um aumento de 12.187 investidores no mês. Já o número de investidores cadastrados no Programa aumentou em 439.537, crescimento de 52,48% em relação a outubro de 2021, atingindo a marca de 21.600.786 pessoas.

Operações de Investimento
No mês de outubro deste ano, foram realizadas 489.507 operações de investimento em títulos do Tesouro Direto, no valor total de R$ 2,80 bilhões. Durante esse período, os resgates foram de R$ 2,03 bilhões. Dessa forma, houve emissão líquida de R$ 774,10 milhões.

As aplicações de até R$ 1 mil representaram 62,86% das operações de investimento no mês. O valor médio por operação foi de R$ 5.722,17.

O título mais demandado pelos investidores foi o indexado à taxa Selic (Tesouro Selic) que totalizou, em vendas, R$ 1,94 bilhão e correspondeu a 69,32% do total. Os títulos indexados à inflação (Tesouro IPCA+ e Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais) somaram R$ 533,62 milhões e corresponderam a 19,05% das vendas, enquanto os títulos prefixados (Tesouro Prefixado e Tesouro Prefixado com Juros Semestrais) totalizaram R$ 325,71 milhões em vendas, ou 11,63% do total.

Nas recompras (resgates antecipados), predominaram os títulos indexados à taxa Selic, que somaram R$ 1,21 bilhão (59,51%). Os títulos remunerados por índices de preços (Tesouro IPCA+, Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais e Tesouro IGPM+ com Juros Semestrais) totalizaram R$ 572,70 milhões (28,25%), e os prefixados, R$ 247,91 milhões (12,23%).

Quanto ao prazo, a maior parcela de vendas se concentrou nos títulos com vencimento entre um e cinco anos, que alcançaram 82,13% do total. As aplicações em títulos com vencimento acima de 10 anos representaram 12,27%, enquanto os títulos com vencimento de cinco a 10 anos corresponderam a 5,59% do total.

Estoque
O estoque do Programa fechou em R$ 101,23 bilhões em outubro de 2022, um aumento de 1,34% em relação ao mês anterior (R$ 99,89 bilhões).

Os títulos remunerados por índices de preços se mantêm como os mais representativos do estoque, somando R$ 52,23 bilhões, ou 51,60% do total. Na sequência, vêm os títulos indexados à taxa Selic, totalizando R$ 33,37 bilhões (32,96%), e os títulos prefixados, que somaram R$ 15,64 bilhões, com 15,45% do total.

Quanto ao perfil de vencimento dos títulos em estoque, a parcela com vencimento em até um ano fechou o mês em R$ 6,02 bilhões, ou 5,95% do total. A parcela do estoque vincendo de um a cinco anos foi de R$ 66,73 bilhões (65,92%) e o percentual acima de cinco anos somou R$ 28,48 bilhões (28,13%).

Acesse o balanço completo do Tesouro Direto. https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/balanco-do-tesouro-direto-btd/2022/10
Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF
Data: 24/11/2022

EXPOSIÇÃO DA UNIÃO A RISCOS ESPECÍFICOS TOTALIZA R$ 4,9 TRILHÕES EM 2022

Aumento foi de R$ 697 bilhões na comparação com 2021; choques adversos combinados em variáveis como PIB, juros e primário podem elevar dívida bruta em 10 p.p até 2025

A exposição da União a riscos fiscais específicos – que são relacionados a eventos que ocorrem de maneira irregular e têm diversas origens, normalmente associadas a programas governamentais, passivos contingentes e ao balanço patrimonial do setor público – aumentou em R$ 697 bilhões em 2022 na comparação com 2021, atingindo R$ 4,9 trilhões.

A estimativa está no Relatório de Riscos Fiscais da União, publicado nesta quinta-feira (24/11) pelo Tesouro Nacional(https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-riscos-fiscais-da-uniao/2022/114). O relatório, que é anual e está em sua quarta edição, demonstra de forma sintética a situação dos riscos fiscais aos quais o Governo Federal está exposto, além de contribuir para a identificação e análise de eventos que possam gerar desvios em relação ao planejamento fiscal estabelecido pelo governo.

O relatório divide os riscos em dois grandes grupos: os macroeconômicos, relacionados a mudanças cíclicas ou estruturais na economia que afetariam receitas e despesas do governo; e os específicos, que são relacionados a eventos que ocorrem de maneira irregular e têm diversas origens, normalmente associadas a programas governamentais, passivos contingentes e ao balanço patrimonial do setor público.

Entre os destaques da primeira categoria, o Tesouro estima, por exemplo, que a variação de 1 ponto percentual no PIB real impacta a receita primária em R$ 10,1 bilhões se analisado isoladamente a outros fatores que influenciam as receitas. O aumento de 1 p.p. na inflação impacta as despesas com benefícios previdenciários, assistenciais e vinculados ao mercado de trabalho em R$ 9,3 bilhões. O impacto do reajuste de R$ 1 no salário-mínimo implica um aumento total de R$ 389,8 milhões nas despesas.

Dívida Pública

Os riscos sobre a dívida pública também estão incluídos na categoria macroeconômica. Nesse tema, o relatório inicialmente atualiza as projeções do Tesouro Nacional para a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), que deve chegar a 76,2% do PIB ao fim deste ano, em nível próximo ao observado no período pré-pandemia. A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), por sua vez, deve atingir 59,8% do PIB ao fim de 2022.

Na sequência, são apresentados exercícios de sensibilidade da DBGG à taxa de juros, ao crescimento do PIB e ao resultado primário. Os resultados mostram que um aumento de 1 p.p. na taxa Selic no período de 2022 a 2025 provoca um aumento de 1,4 p.p. na DBGG ao final de 2025. Reduções de 1 p.p. no crescimento do PIB e no resultado primário, isoladamente, resultam em um aumento de, aproximadamente, 3,9 p.p. e 4,2 p.p., respectivamente, na DBGG ao final de 2025. Em um cenário onde os choques adversos sobre juros, crescimento do PIB e resultado primário são combinados, a elevação da DBGG pode chegar a quase 10 p.p. em 2025.

Teto dos Gastos

Em relação à regra do Teto dos Gastos, a possibilidade do cumprimento desta regra só se verifica sob a hipótese de controle de despesas obrigatórias. Ainda que haja controle para expansão ou criação de novas despesas, choques macroeconômicos ainda poderiam levar a cenários de compressão insustentável de despesas discricionárias.

Riscos específicos

Já do lado dos riscos específicos está, por exemplo, o estoque de R$ 2,9 trilhões de ações judiciais contra a União, um aumento de 36% frente ao ano anterior. Uma parcela de 18% desse total (R$ 528,5 bilhões) é considerada perda provável. Por outro lado, da Dívida Ativa da União (DAU), que é da ordem de R$ 2,7 trilhões, é esperada uma recuperação de R$ 552 bilhões.

A realização de despesas anuais decorrentes de perdas judiciais tem acompanhado o movimento ascendente do estoque de ações judiciais: enquanto em 2021 esse gasto foi de R$ 54,9 bilhões, a estimativa chega a R$ 57,9 bilhões para o ano de 2022.

De 2016 até agosto de 2022, as honras de garantias da União a operações de crédito alcançaram o montante de R$ 47,9 bilhões, sendo que o valor não executado de contragarantias, devido a ordens judiciais expedidas, foi zerado em 2022, devido a renegociações contratuais. A eventual impossibilidade de se executar as contragarantias afeta diretamente o cumprimento da Regra de Ouro, além de aumentar a dívida pública da União.

No contexto do relacionamento da União com os entes subnacionais, os riscos fiscais se apresentam em variadas configurações. Os haveres junto a Estados e Municípios alcançaram R$ 916 bilhões, enquanto os passivos contingentes decorrentes de liminares à EC nº 109/2021, para a União financiar o pagamento de saldos de precatórios vencidos, estão estimados em R$ 138,4 bilhões, totalizando R$ 1.054,4 bilhões.

O Tesouro calcula ainda que os impactos estimados de propostas legislativas que alteram o relacionamento interfederativo, para um período de dez anos, são de aproximadamente R$ 1.260,8 bilhões.

No que diz respeito às empresas estatais, é considerado remoto o risco de frustração de receitas de dividendos e de juros sobre capital próprio. Entretanto, é considerado o risco possível ou remoto de necessidade de aporte emergencial, devido, principalmente, às dificuldades concretas que algumas empresas enfrentam.

Em relação à demografia, a mudança da estrutura etária brasileira, caracterizada pelo aumento de idosos e redução do número de jovens, pode gerar uma demanda adicional de R$ 8,6 bilhões em demanda adicional em 2031, a preços de 2021.

Uma inovação às edições anteriores do Relatório de Riscos Fiscais é a introdução da seção de riscos fiscais ambientais e consequente análise sobre as mudanças climáticas, em razão da crescente importância do tema e sua repercussão na política fiscal. Destaca-se que nos últimos anos os gastos com ações de mitigação de mudanças climáticas aumentaram de R$ 38 milhões em 2014 para R$ 455 milhões em 2022 (até outubro).

A elaboração e publicação do Relatório de Riscos Fiscais é missão do Tesouro Nacional e vem ao encontro de recomendações da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que corroboram "a divulgação e a gestão dos riscos fiscais como um dos pilares de uma política fiscal transparente e sólida e enfatiza a necessidade de clareza e responsabilidade nas escolhas políticas e nas compensações financeiras de um governo".
Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF
Data: 24/11/2022

PORTO SEM PAPEL LANÇA APLICATIVO PARA APERFEIÇOAR REGISTRO DE INFORMAÇÕES PORTUÁRIAS

Ferramenta permitirá que as etapas de atracação e desatracação de embarcações sejam digitalizadas por meio do celular

Dando continuidade às melhorias do projeto Porto sem Papel – criado para aumentar a eficiência nos portos brasileiros – foi lançado o Aplicativo PSP, com o objetivo de aperfeiçoar o registro de informações portuárias. Em sua primeira versão, a ferramenta visa facilitar e tornar mais preciso e fidedigno o registro das etapas de atracação e desatracação das embarcações. O projeto Porto Sem Papel faz parte do programa Startup GOV.BR, que tem por finalidade acelerar os projetos digitais com maior impacto para a sociedade.

Por meio do aplicativo, o usuário poderá, em qualquer área do porto, fazer o registro exato do momento e local de atracação e desatracação das embarcações por meio do aparelho celular. "As melhorias no programa Porto Sem Papel são parte da transformação digital que está mudando a forma de relacionamento do cidadão com o governo. São atualizações que agilizam a rotina de trabalho nos portos brasileiros e que, na prática, geram economia de tempo e de recursos para as empresas do setor, além de promover mais comodidade aos usuários do aplicativo", destaca o secretário de Governo Digital, Fernando Coelho Mitkiewicz.

A perspectiva é que o aplicativo evolua e amplie as funcionalidades constantemente, possibilitando o acesso a outros módulos do sistema PSP 2.0, minimizando o tempo de operação e melhorando a qualidade da informação. Nesta primeira etapa, a ferramenta está disponível apenas para o sistema operacional Android, mas, em breve, também será lançada para usuários iOS.

Modernização dos portos
O projeto Porto Sem Papel 2.0 é desenvolvido numa parceria entre a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, o Ministério da Infraestrutura, a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia e o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). É parte de uma série de iniciativas para a modernização dos serviços públicos digitais englobadas no GOV.BR – denominadas startups –, com 29 equipes multidisciplinares atuando nas mais diversas frentes, como regularização fundiária, transportes, educação e meio ambiente. Uma delas é justamente a Startup Porto Sem Papel 2.0.

* Com informações do Ministério da Infraestrutura
Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF
Data: 24/11/2022

CENTRAL DE ATENDIMENTO DE PESSOAL EM BOA VISTA É ATIVADA

23ª Cape do país atenderá servidores ativos e inativos do ME, além de órgãos parceiros

A Central de Atendimento de Pessoal (Cape) de Boa Vista (RR) foi ativada nesta terça-feira (22/11) no edifício-sede do Ministério da Economia. Localizada no mesmo prédio da Gerência Regional de Administração (GRA/ME) em Roraima, a Cape está instalada na Rua Floriano Peixoto, nº 214, Centro de Boa Vista, Térreo. A unidade, que funcionará das 8h às 17 horas, será responsável pelo atendimento de servidores públicos federais ativos, inativos, pensionistas e outros beneficiários da Pasta e dos órgãos parceiros.

Agora, são 23 Capes em funcionamento regular em dias úteis, das 8 às 17 horas: Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás/Tocantins, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Roraima. Estão previstas ativações de Capes em outros estados ainda este ano.

Programa Unifica
As Centrais de Atendimento de Pessoal fazem parte do pilar “Centralização da Gestão de Pessoas” do programa Unifica, que também é composto pelos pilares “Otimização do espaço físico” e “Especialização das contratações”.
Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF
Data: 24/11/2022

MINISTÉRIO DA ECONOMIA FAZ VISITA TÉCNICA À JUNTA COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO

Atividade reforça a importância da expansão dos serviços fornecidos pelas juntas comerciais

O Diretor do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI), que integra a Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia (Sepec/ME), Allan Turano, esteve na última terça-feira (22/11) no Rio de Janeiro (RJ) para visita técnica à junta comercial do estado.

A equipe do DREI se reuniu com a procuradoria da autarquia para discussão de temas jurídicos sensíveis aos empreendedores e aos agentes auxiliares de comércio, como a publicação de demonstrações financeiras de sociedades, além de acompanharem a sessão plenária onde foram julgados recursos pelos membros que participam da sessão, conhecidos como “Vogais da Autarquia”.

A Convite do Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA), o diretor do DREI apresentou a agenda de curto prazo do departamento. “Queremos expandir os serviços já fornecidos pelas juntas comerciais com a criação de novos tipos de certidões específicas, como a certidão de alterações no quadro de sócios e administradores e a certidão de ônus reais de sociedades. Essas certidões darão maior transparência e segurança ao mercado. Contamos com o apoio institucional da JUCERJA para implementar esses novos serviços com a qualidade que lhe é usual”, afirmou Allan Turano.

Acesse o inteiro teor da Sessão Plenária(https://www.jucerja.rj.gov.br/Plenaria/Atas)
Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF
Data: 24/11/2022

MINISTÉRIO DA ECONOMIA INCENTIVA CONCORRÊNCIA NO MERCADO BRASILEIRO DE DIESEL

CNPE ratifica entendimento da Pasta sobre utilização de diferentes rotas tecnológicas para cumprir mínimo obrigatório de combustível renovável no diesel, favorecendo a concorrência e o consumidor

Foi aprovada na última segunda-feira (21/11) pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) uma importante resolução para o mercado de biodiesel, que contou com forte participação da

Secretaria de Acompanhamento Econômico da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia (Seae/Sepec/ME). O CNPE decidiu que as diferentes rotas tecnológicas de produção de biocombustível para motores a diesel podem concorrer na composição do teor mínimo obrigatório desse combustível. A decisão favorece a concorrência e eficiência desse mercado e ratifica entendimento do parecer comentado da Seae sobre a utilização dessas rotas para favorecer a competição no mercado de combustíveis e o bem-estar do consumidor.

Passados aproximadamente dois anos de amplos debates com diversos órgãos públicos e agentes do setor privado, o governo federal consolidou o entendimento de que as diferentes tecnologias de produção de biocombustível para motores a diesel podem concorrer. Até então havia dissenso dentro do governo sobre a conveniência dessa competição no atendimento do mínimo obrigatório de biocombustível no diesel comercializado no mercado nacional.

O início da controvérsia ocorreu quando da Consulta Pública nº 03/2020, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), sobre a especificação técnica e a utilização de um novo tipo de biocombustível no Brasil para veículos movidos a óleo diesel: o diesel verde.

Nessa oportunidade, a Seae apresentou parecer defendendo a possibilidade de o diesel verde compor a mistura obrigatória de biocombustível no óleo diesel, que tinha como objetivo a ampliação das alternativas de fornecimento de biocombustíveis e o consequente acirramento da concorrência no mercado de diesel.

Isso para que a competição permitisse que o mercado selecionasse o biocombustível mais eficiente, possibilitando reduções de custo para o consumidor. Essa economia é especialmente importante para o mercado de diesel, cujo produto é insumo de várias cadeias produtivas no país, em vista da prevalência do modo rodoviário na matriz de transportes.

Para dirimir a polêmica sobre o assunto, o conselho de ministros com atribuições de formulação de políticas públicas na área de Energia organizou discussão institucional que ouviu vários órgãos da Administração, bem como atores diversos da sociedade civil. A iniciativa foi formalizada por meio da Resolução CNPE nº 13, de 9 de dezembro de 2020.

O grupo de trabalho criado por meio da resolução reconheceu o papel das novas tecnologias de produção de biocombustíveis na contestação dos incumbentes e da reserva de mercado que usufruíam à época, com base no arcabouço normativo infralegal vigente. O relatório do grupo aponta que a lei não ampara essa reserva de mercado.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF
Data: 24/11/2022

MAIS DE 140 MILHÕES DE BRASILEIROS JÁ ESTÃO CADASTRADOS NO GOV.BR

Número é resultado do processo de maturidade digital do governo federal, reconhecido internacionalmente pelo Banco Mundial, para facilitar o acesso do cidadão a serviços públicos

O governo federal alcançou neste mês de novembro a marca de 140 milhões de brasileiros cadastrados no GOV.BR, plataforma de relacionamento do Estado com o cidadão. O número equivale a 87% da população brasileira acima de 18 anos que têm acesso, de forma prática, ágil e segura, a mais de quatro mil serviços públicos digitais.

Os serviços disponíveis no GOV.BR correspondem a 86% de tudo o que pode ser digitalizado pela Administração Pública federal. Entre eles destacam-se as Carteiras Digitais de Trânsito e de Trabalho, consultas a Abono Salarial, Certificado de Vacinação, Sistema de Seleção Unificada (Sisu), Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e Valores a Receber do Banco Central.

Com a conta GOV.BR, o usuário pode entrar no ConecteSUS, solicitar seguro-desemprego, fazer pedido de aposentadoria e, ainda, ter acesso a serviços específicos, como assinatura eletrônica de documentos e transferência eletrônica da propriedade do veículo. Estados e municípios também já integram a plataforma para oferecer serviços digitais estaduais e municipais à população.

Os serviços digitais foram avaliados recentemente pelos brasileiros e, numa escala de 0 a 5, a média de satisfação do usuário é de 4,3. “A opinião da população é bastante importante, porque contribui para o desenho e a melhoria dos serviços de acordo com as reais necessidades de quem procura. E isso está alinhado com uma visão de governo centrada no cidadão”, destaca o secretário de Governo Digital do Ministério da Economia, Fernando Coelho Mitkiewicz.

Maturidade digital
Em 16 de novembro último, a qualidade brasileira dos processos de digitalização foi reconhecida pelo Banco Mundial, que colocou o Brasil na posição de segundo país do mundo com a mais alta maturidade em governo digital. A análise é do GovTech Maturity Index 2022, que considera o estado atual da transformação digital do serviço público em 198 países. Entre os destaques, a oferta de serviços públicos digitais por meio do GOV.BR atingiu a nota máxima.

Para o secretário Mitkiewicz, o resultado alcançado confirma a tendência da popularização do acesso aos serviços públicos digitais, como também uma melhoria na estrutura administrativa nacional, com menos burocracia e mais agilidade no atendimento aos cidadãos. Ao todo, 158 órgãos públicos federais já elaboraram os seus planos de transformação digital.

Ouro, Prata e Bronze
Do total de 140 milhões de usuários da plataforma GOV.BR, 50 milhões têm contas níveis Ouro ou Prata, garantindo mais vantagens de acesso a serviços se comparada à conta nível Bronze. Esse número vem aumentando mês a mês, trazendo mais segurança cibernética aos usuários que interagem com o GOV.BR. A diferença entre os três níveis de acesso à plataforma está relacionada a quais dados são validados e permitidos para consulta no momento em que é criada a conta, bem como aos tipos de serviços disponíveis e às transações virtuais que podem ser efetuadas.

O cidadão que possui conta Ouro ou Prata pode aproveitar recursos avançados de proteção digital, como a verificação em duas etapas, mecanismo que solicita, via aplicativo GOV.BR, uma segunda confirmação, além da senha normalmente usada. Outras vantagens são a visualização e o compartilhamento de dados e documentos; a possibilidade de realizar assinatura eletrônica; e o acesso ilimitado ao que a plataforma oferece, o que exige maior grau de confiabilidade. O nível Ouro oferece login único para qualquer serviço do GOV.BR, sem restrição. Já o Bronze permite conexão parcial às funcionalidades do sistema, com proteção digital básica.

Para aumentar o nível da conta usando o aplicativo, basta clicar em "Aumentar nível" logo na tela de início do GOV.BR. Pelo computador, ao acessar a na plataforma já é apresentada, na primeira página, a possibilidade de mudar o nível da conta.
Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF
Data: 24/11/2022

GOIÂNIA É A PRIMEIRA CIDADE A REALIZAR PREGÃO ELETRÔNICO PELA NOVA LEI DE LICITAÇÕES POR MEIO DO COMPRAS.GOV.BR

Modalidade está disponível no Compras.gov.br desde o dia 1º de novembro, em conformidade com a Lei nº 14.133/21

A capital goiana foi a primeira cidade do Brasil a realizar um pregão eletrônico pela nova lei de licitações, utilizando o sistema Compras.gov.br. Desde o dia 1º de novembro, a modalidade de pregão eletrônico pela Lei nº 14.133/21(https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/in-no-73-de-2022/webinarios) está disponível no

sistema. Antes, os órgãos realizavam licitações, na modalidade pregão, somente pela Lei nº 8.666/93, que perde efeitos a partir de abril de 2023, quando a nova lei entra em vigor.

A Superintendência de Licitações da Secretaria Municipal de Administração de Goiânia utilizou o Compras.gov.br(https://www.gov.br/compras/pt-br) para adquirir produtos e alimentos ao zoológico da cidade. A licitação abrange 154 itens que variam entre frutas, rações e suplementos para a alimentação dos animais. O pregão foi aberto no último dia 18 de novembro e teve o acompanhamento da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (Seges/ME).

O secretário de Gestão do ME, Renato Fenili, afirma que a iniciativa é um primeiro passo para a efetivação dos pregões eletrônicos realizados pela nova lei de licitações, que será exigida a partir de 1º de abril de 2023. “Até o momento, foram abertos, em todo o país, 37 pregões pelo Compras.gov.br em conformidade com os ditames da Nova Lei de Licitações. É apenas um primeiro passo. A taxa de pregões à luz do novel diploma deverá crescer em progressão geométrica, em especial, quando publicarmos, em conjunto com a Advocacia-Geral da União, o modelo padrão de minuta de edital”, afirmou Fenili.

"Fico feliz por Goiânia, a minha cidade natal, sair na frente e já realizar licitações pela nova lei. Isso é um avanço, pioneirismo, e vemos que estão bem adiantados em relação a outras localidades. A nova lei trará muitos benefícios, como economia e qualidade dos serviços e produtos", afirma o coordenador-geral de sistemas de compras governamentais, da Secretaria de Gestão do ME, Diego Mendes.

Operacionalização da Nova Lei de Licitações
Em setembro, a Seges lançou o Plano de Gestão de Riscos na Operacionalização da Nova Lei de Licitações (PGRONLL)(https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/in-no-73-de-2022/webinarios) para apoiar os órgãos nas ações de implementação e utilização da Lei nº 14.133/21. O Plano tem como objetivo determinar o efeito potencial do grau de exposição da organização aos riscos, bem como a capacidade e o preparo para administrá-los.

Portal de Compras
O portal de compras do governo federal(https://www.gov.br/compras/pt-br) une fornecedores interessados em aumentar o faturamento e a administração pública que busca a oferta de melhores serviços e valores no mercado. O sistema Compras.gov.br tem tornado o processo das contratações públicas menos burocrático, mais ágil e acessível e está, cada vez mais, adaptado às exigências dos processos digitais e da nova lei de licitações(https://www.gov.br/compras/pt-br/nllc).

O Compras.gov.br é disponibilizado gratuitamente e pode ser utilizado, também, pelas administrações públicas municipais, estaduais ou outros órgãos que executem recursos públicos e que queiram adotar procedimentos de licitação previstos na ferramenta. Atualmente, o Compras.gov.br já conta com a adesão de mais de 3.300 municípios, garantindo competitividade e transparência nas licitações e contratações. Consulte aqui o manual para adesão de estados e municípios.
Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF
Data: 24/11/2022

Portogente
Fazendo o mundo mais ágil.

PORTAL PORTO GENTE

TRIPLICA NÚMERO DE BRASILEIROS EM PORTUGAL QUE QUEREM VOLTAR AO PAÍS

Redação Portogente

Os imigrantes não se preparam adequadamente para permanecer no solo português e após ficarem desempregados e sem dinheiro, não têm condições de regressar ao Brasil

A quantidade de brasileiros que pedem ajuda ao Consulado do Brasil em Lisboa e a associações de solidariedade social para voltar ao país de origem tem aumentado. De acordo com o programa de retorno Árvore, da Organização Internacional para as Imigrações (OIM), o número se assemelha aos do início da pandemia.

Portugal pg

De janeiro a outubro deste ano, 687 pedidos foram registrados, o que representa mais do que o triplo de 2021, quando houve 219 casos. Em 2020, foram 709 brasileiros que buscaram auxílio, sendo que 333 foram repatriados pelo programa Árvore.

Os motivos para esse crescente aumento de regresso ao Brasil se devem ao fato de que a inflação atingiu um nível muito elevado (acima de 9% ao ano), os imóveis obtiveram altas no preço e muitos estão desempregados. Nesse cenário, os imigrantes não conseguem custear as passagens de volta.

Os imigrantes, em muitas das vezes, não se planejam para viajar. Depois de passar um tempo nas terras portuguesas, percebem que a realidade é diferente da que imaginavam e que o processo para se estabelecer no país não é simples e necessita da orientação de um profissional. Alguns acabam caindo na armadilha de cancelar a passagem de volta ao Brasil após entrar em Portugal e, depois de não se adaptarem ao custo de vida alto, não conseguem retornar.

“É habitual que brasileiros entrem em Portugal como turista, já que existe dispensa da necessidade de visto. Com o passar do tempo conseguem se regularizar, mas geralmente são dois anos de residência irregular e precária, com limitações e dificuldades diversas”, explica o advogado Maurício Gonçalves, que está em Portugal há 22 anos e é especialista em imigração e nacionalidade.

Ele ainda complementa dizendo que nem todos os interessados possuem disciplina e perseverança para superar os obstáculos que surgem a cada dia, agravados pela falta da desejada Autorização de Residência. Atualmente, a estratégia de entrar em Portugal como turista e permanecer em busca da regularização deixou de ser uma alternativa a ser utilizada.

“Além de ilegal, outra possibilidade surgiu no final desse ano de 2022, o visto de procura de trabalho. Com algum planejamento esse visto apresenta uma chance barata e relativamente segura de chegar em Portugal, encontrar um trabalho subordinado e praticamente de imediato se regularizar no país”, afirma Maurício.

Segundo o governo de Portugal, quase 10 mil brasileiros chegaram a se inscrever no site do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) após a liberação para as inscrições do novo visto de trabalho. E no momento, há 252 mil brasileiros residentes legais no país, representando a principal comunidade estrangeira de Portugal.

Fonte: Portal Porto Gente
Data: 24/11/2022

BE NEWS

BE NEWS – BRASIL EXPORT

MISSÃO ESPANHA 2022 - PLATAFORMA LOGÍSTICA DE ZARAGOZA VAI AMPLIAR CORREDOR FERROVIÁRIO

Objetivo é uma maior integração entre os portos da Espanha

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

Com 13,11 quilômetros quadrados de área, a Plataforma Logística de Zaragoza (Plaza) fica no nordeste da Espanha e é considerada o maior recinto logístico da Europa (Divulgação)

A malha ferroviária da Plataforma Logística Zaragoza (Plaza) será ampliada para aumentar o corredor de distribuição de cargas entre os principais pontos da Espanha. Em palestra realizada ontem (23) à comitiva do Brasil Export, autoridades do Zaragoza Plaza explicaram o plano de expansão do modal ferroviário para amplificar os negócios próximos ao Mediterrâneo.

A principal finalidade do terminal ferroviário de Zaragoza é o transporte de cargas, especialmente por meio de contêineres. Os principais destinos dos trens são Barcelona, La Coruña, Bilbao, Madri, Valência e Lisboa, em Portugal.

A instalação do novo complexo ferroviário da Plataforma Logística de Zaragoza custará 120 milhões de euros, e deve estar pronta para operações a partir de 2025. Ela englobará 16 vias eletrificadas de 750 metros, com espaço para armazenamento de 3.300 TEU (Tweenty-foot equivalent unit, ou, unidade equivalente a 20 pés, na tradução livre).

A comitiva do Brasil Export conheceu o funcionamento e os planos de desenvolvimento e expansão da maior plataforma logística da Europa, a de Zaragoza (também conhecida pela sigla Plaza), na Espanha. O grupo, integrado por cerca de 100 participantes, entre lideranças empresariais e autoridades, fez visitas técnicas à sede da Plaza, a seu terminal de transporte ferroviário e, em seguida, ao Centro Logístico de Zaragoza.

A delegação brasileira pôde ver de perto a extensão da malha ferroviária, o local de armazenamento das cargas e o plano de expansão em questão.

Cidade de carga

Com 13,11 quilômetros quadrados de extensão e localizado no nordeste do país, a Plataforma Logística de Zaragoza (Plaza) é o recinto logístico de maiores dimensões da Europa. É administrado pela Aragón Plataforma Logística S.A.U., empresa da Corporación Empresarial Pública de Aragón, do governo da comunidade autônoma espanhola de Aragão (e que tem em Zaragoza sua capital). O complexo se destaca por ser um centro intermodal de transportes, com instalações logísticas, um terminal ferroviário, um aeroporto (que atende passageiros e é o terceiro em movimentação de cargas na nação) e acessos às principais rodovias do centro e do norte espanhol, como a A-2 (Madrid-Barcelona), a A-68 (Autopista Vascoaragonesa) e a A-23 (Autovia Mudéjar).

Com esta malha intermodal, a Plaza e a própria região se tornaram um dos centros logísticos mais importantes da Europa. Em sua área, estão unidades de empresas como Inditex, Imaginarium, Esprinet, Porcelanosa, TDN, DHL Express, B/S/H/, Mann+Hummel Ibérica, Decatlhon, Carreras Grupo Logístico, Grupo Sesé, Mercadona, Eroski, Transportes Azkar, DHL, JCV Shipping & Solutions e DB Schenker.

A Plataforma Logística de Zaragoza também desenvolve projetos de qualificação e excelência profissional, desenvolvidos a partir de acordos entre sua administradora, a Aragón Plataforma Logística, e o Centro Logístico de Zaragoza (ZLC, na sigla em inglês), entidade criada a partir de uma parceria do governo regional de Aragão, a Universidade de Zaragoza e o Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT, dos Estados Unidos).

Em Barcelona
A agenda da missão internacional do Brasil Export termina amanhã, quando a comitiva fará uma visita técnica ao Porto de Barcelona, se reunindo com autoridades locais.

Programação
24 | HOJE | BARCELONA

08h00 Saída do hotel para visita de barco com destino à área portuária
08h30 Chegada à área portuária e saída em visita de barco
10h00 Reuniões com empresários e representantes da autoridade portuária
13h30 Almoço
15h30 Retorno ao hotel
19h00 Jantar de encerramento

25 | AMANHÃ | RETORNO AO BRASIL

Check-out do Hotel até às 12h00
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 24/11/2022

PORTOS - SENADO APROVA INDICAÇÕES PARA ANTT E ANTAQ

Imbróglio entre senadores na Comissão de Infraestrutura quase adia votação dos indicados
Por TALES SILVEIRA - tales@portalbenews.com.br

Apesar das discussões quase impediram as sabatinas dos indicados, a Comissão de Infraestrutura do Senado conseguiu aprovar todos os nomes para Antaq e Antt

O Senado Federal aprovou, nesta terça-feira (23), os nomes indicados para a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Os nomes foram aprovados tanto no Plenário quanto na Comissão de Infraestrutura (CI) no mesmo dia.

No plenário, o indicado Wilson Pereira De Lima Filho, foi aprovado por unanimidade com 38 votos a favor e nenhum contra. Ele ocupará a vaga decorrente do término do mandato de Adalberto Tokarski. Alber Furtado De Vasconcelos Neto teve 40 votos a favor e dois contra. Já Caio César Farias Leôncio ficou com 38 votos a favor e um contra.

Na ANTT, o atual secretário de Transportes Terrestres (SNTT) do Ministério da Infraestrutura, Felipe Fernandes Queiroz, também teve seu nome aprovado com 38 votos a favor e quatro contras. Ele assumirá a vaga decorrente do término do mandato de Fábio Rogério Carvalho.

Lucas Asfor Rocha Lima foi o outro nome aprovado pelos senadores para a ANTT com 40 votos a favor e quatro contras. A vaga a ser ocupada é decorrente do término do mandato de Davi Ferreira Gomes Barreto.

Na CI o destaque foi para sabatina de Felipe Queiroz que foi o único indicado que teve sua indicação aprovada por unanimidade pela comissão.

Indicações ameaçadas
Durante a sabatina na CI os indicados quase não conseguiram ser sabatinados. Isso porque houve um imbróglio entre os senadores ligados ao governo em relação aos indicados aos cargos da ANTT.

As desavenças começaram após a vice-líder do União Brasil, senadora Soraya Thronicke (MS), sinalizar que pediria vistas ao relatório dos dois indicados à agência. O motivo oficial dado pela parlamentar é de que as candidaturas não tiveram tempo de ser analisadas pela Casa, o que pode criar problemas futuros para a agência.

Soraya, que também foi candidata a presidente da República nas eleições deste ano, afirmou que o Senado não vem se esforçando para realizar sabatinas dos servidores e insinuou que o órgão vem dando privilégios a setores ligados ao Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros (Trip). Vale lembrar que, no mês passado, a Polícia Federal deflagrou uma operação que apura corrupção no órgão. Um dos alvos é um servidor do órgão que, segundo a PF, é suspeito de receber propina para beneficiar empresas do setor

Acontece que vem sendo prática da Comissão votar todas as indicações em bloco e a retirada dos indicados da ANTT sem acordo entre os parlamentares poderia ocasionar o adiamento de todos os outros nomes indicados.

O presidente da CI, senador Dário Berger (PSB-SC), informou que a ação ocasionaria a impossibilidade de votação de todos os outros indicados. Foi quando diversos parlamentares começaram a pedir a palavra para tentar remediar o assunto.

MG também questiona
Durante as discussões houve mais desconforto quando o senador Wellington Fagundes (PL-MT), presidente da Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura (Frenlogi), disse que o governo fez uma quebra de acordo com a bancada mato-grossense, que deveria ser responsável pela indicação ao cargo.

“Faz dois anos que houve um entendimento com o governo. O Mato Grosso teria uma diretoria da ANTT. Eis que hoje chegamos à surpresa, para mim, que essas indicações foram feitas sem o cumprimento do entendimento. Não é nada pessoal. É apenas uma questão do entendimento político que foi feito”, disse.

A fala de Fagundes foi rapidamente rebatida pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM) afirmando que as indicações não podem ser prejudicadas por quebras de acordo.

“Não é desprivilégio do Mato Grosso a falta de infraestrutura. Esta Comissão tem caráter nacional. Estamos aqui discutindo a infraestrutura nacional, seja de Santa Catarina, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Paraíba e Distrito Federal. O desatendimento de um acordo sobre a indicação de A, B, ou C para a ANTT não pode prejudicar a Antaq e a Anatel. O interesse público aqui tem que prevalecer”, rebateu.

Recesso e aprovação
Em meio a toda a discussão, o presidente da CI decidiu dar um recesso para que os parlamentares pudessem deliberar sobre o tema. Foi quando houve um acordo de aprovar os outros indicados e de efetivamente sabatinar Felipe Queiroz e Lucas Asfor Rocha. Uma série de perguntas sobre o setor de transportes rodoviário interestadual de passageiros foram feitas e, após as respostas dos indicados, os nomes foram aprovados e encaminhados ao plenário.
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 24/11/2022

REGIÃO SUDESTE - SPA FLEXIBILIZA AGENDAMENTO DE CAMINHÕES NO PORTO DE SANTOS

Portaria autoriza abertura de vagas de agendamento não usadas para contêineres
Por BÁRBARA FARIAS barbara@portalbenews.com.br

Os cancelamentos de agendamentos de caminhões com contêineres deverão ser feitos no máximo até duas horas antes do horário marcado (Sérgio Coelho/SPA)

O agendamento de caminhões que transportam contêineres com destino ao Porto de Santos (SP) foi flexibilizado por meio da Portaria nº 124/2022, da Santos Port Authority (SPA), publicada na última terça-feira (22).

Segundo a Autoridade Portuária, com a alteração, os cancelamentos de agendamentos de caminhões com contêineres deverão ser feitos no máximo até duas horas antes do horário marcado. Outra mudança é que dados referentes ao veículo e ao motorista poderão ser alterados, sem prejuízo do recebimento da carga pelo terminal.

O diretor de Operações da SPA, Marcelo Ribeiro, explica que a nova portaria visa otimizar vagas de agendamento antes não usadas. “Considerando que uma das maiores demandas dos transportadores é a falta de janelas para agendamento nos terminais, essa medida irá gerar grande impacto na logística do Porto”, disse Ribeiro.

A medida atende à solicitação de associações de transportadores. O prazo de duas horas para cancelamento de chegada de contêineres permite que o terminal tenha a opção de disponibilizar o horário vago para outros transportadores, otimizando, em última análise, o fluxo logístico no complexo portuário.

Outra alteração importante que consta da portaria é a permissão para que o caminhão seja substituído, caso tenha alguma pane ou outro problema, sem perda do agendamento (o que ocorria até agora).

A íntegra da Portaria 124/2022 foi publicada no site do Porto de Santos (www.portodesantos.com.br). Para dúvidas e orientações, a SPA informa que os usuários podem entrar em contato com o setor de Sistemas Logísticos pelo telefone (13) 3202-6565, ramal 2731, ou email portolog@brssz.com.
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 24/11/2022

RODOVIAS - DNIT ALEGA PRECISAR DE R$ 23 BILHÕES PARA MANUTENÇÃO E OBRAS EM RODOVIAS

Órgão afirmou ao GT de Infraestrutura que o valor foi pedido ao Ministério da Economia este ano
Por TALES SILVEIRA - tales@portalbenews.com.br

O orçamento previsto para o departamento este ano está em R$ 6,5 bilhões (Divulgação/Fetropar)

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) afirmou ao Grupo de Trabalhos (GT) de Infraestrutura que pediu ao Ministério da Economia R$ 23 bilhões para realizar obras e manutenção das rodovias brasileiras. Bem mais que o orçamento previsto para o departamento este ano, em torno de R$ 6,5 bilhões.

A afirmação foi dada durante a reunião entre o GT de Infraestrutura e entidades públicas ligadas ao transporte ferroviário e rodoviário, ontem (23). Segundo interlocutores do grupo de transição, o Dnit deverá entregar um estudo detalhado do porquê há a necessidade desse montante.

“Discutimos muito a questão orçamentária do Dnit, e o órgão irá detalhar quais as necessidades de orçamento. O órgão expôs que teria feito um pedido para a Economia de R$ 23 bilhões. Mas a nossa discussão aqui vai ser a capacidade de execução desse orçamento”, afirmou um dos integrantes do grupo de trabalho.

Capacidade de execução é a maneira como o órgão consegue empenhar o montante do orçamento anual. Ou seja, conseguir se comprometer a pagar o valor que foi determinado pela Lei Orçamentária Anual.

Durante a reunião, o Dnit também informou que já fez um estudo interno para avaliar as rodovias brasileiras. O resultado é de que já há uma enorme de degradação da malha desde 2016, e que essa deterioração é crescente e grave.

A informação casa com a recente pesquisa feita pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT). O estudo atesta que o Brasil precisa investir R$ 72,3 bilhões (US$ 14 bi) para restaurar rodovias em más condições,

Atualmente, 66% da malha viária asfaltada avaliada pela CNT necessita de reparos, sendo considerada “em estado regular, ruim ou muito ruim”. O restante é considerado “excelente ou bom”, mostra o estudo. As rodovias em mau estado estão mais concentradas nas administradas pelo setor público e geram um aumento nos custos operacionais de 33,1%, impactando na competitividade do Brasil e no preço dos produtos, segundo a CNT.

Concessões portuárias reavaliadas

Mais cedo, o GT de Infraestrutura fez uma reunião com a Secretaria de Portos do ministério. Nela foram apresentados os estágios e modelos propostos pelo governo para as concessões dos portos públicos brasileiros.

Segundo interlocutores do grupo de trabalho, é preciso olhar se os modelos propostos estão de acordo com o entendimento de privatização do governo eleito. Portanto, todos deverão passar por um crivo de análises e deverão ter sugestões em seus processos.

BR dos Rios continua

Também na reunião foi apresentado o programa de estímulo à movimentação de cargas por hidrovias no país – o BR dos Rios. A proposta não deverá sofrer resistências do governo eleito.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 24/11/2022

REGIÃO SUL - PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL REGISTRAM QUEDA NA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS

Segundo a Portos RS, estiagem severa no estado contribuiu para redução acentuada no volume de produtos

Por BÁRBARA FARIAS barbara@portalbenews.com.br

Em Rio Grande, os resultados de movimentação até outubro são carga geral (9 milhões de toneladas), granéis sólidos (18,5 milhões de toneladas) e granéis líquidos (3,7 milhões de toneladas) (Divulgação Portos RS)

Os portos do Rio Grande do Sul registraram queda na movimentação de mercadorias neste ano devido à estiagem. Balanço da Portos RS aponta redução nas operações realizadas nos complexos portuários de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre e, também, nos terminais privados do distrito industrial de Rio Grande, no período de janeiro a outubro deste ano.

Segundo a Autoridade Portuária, a movimentação no Porto do Rio Grande caiu 19,10%, enquanto Pelotas registrou queda de 11,34% e Porto Alegre, 24,30%.

Em Rio Grande, os resultados de movimentação até outubro são carga geral (9.009.778 toneladas), granéis sólidos (18.494.154 toneladas) e granéis líquidos (3.678.986 toneladas). Os destaques positivos ficam para o trigo, que aumentou 252,62%, seguido pelo cavaco de madeira (+13,01%), celulose (+7,75%) e farelo de soja (+6,75%). Já a soja em grão registrou queda de 60,59%.

A movimentação de contêineres também caiu em relação aos anos anteriores. Em 2022, foram 434.304 unidades, sendo 265.668 delas cheias e outras 168.636 vazias. Esse número está abaixo dos anos de 2020 e 2021, quando foram movimentados 556.356 contêineres e 549.297, respectivamente.

O Porto de Pelotas atingiu, até o momento, 1.057.796 toneladas, sendo 897.841 toneladas de toras de madeira, 147.776 toneladas de clinquer e outras 12.179 toneladas de soja em grão. Esses números representam uma queda 11,34% em relação ao mesmo período do ano passado.

Porto Alegre movimentou 687.428 toneladas, quantidade que é 24,30% abaixo do que foi operado no mesmo período do ano passado. Nos dez meses desse ano, o porto operou 20.485 toneladas de trigo, 89.942 toneladas de cevada, 453.604 toneladas de fertilizantes, 36.062 toneladas de sal e outras 87.335 toneladas de carga geral.

Origens e destinos das cargas

O destino das exportações continua sendo a China (31,38%), seguida por Espanha (4,89%), Estados Unidos (4,70%), Marrocos (4,24%), Irã (4,16%) e Portugal (4,11%). Já a origem das importações é liderada pela Argentina (12,73%), China (10,16%), Canadá (7,50%), Arábia Saudita (7,49%), Estados Unidos (6,10%) e Marrocos (5,44%).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 24/11/2022

O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

STOLTHAVEN TERMINALS E DELOITTE FAZEM PARCERIA EM UM PILOTO DE DESCARBONIZAÇÃO

Informações: Stolthaven (24 de novembro de 2022)

As percepções fornecidas pela ferramenta de descarbonização da Deloitte , uma solução de IA baseada na ciência, geraram um 'roteiro de redução de emissões', com uma lista de prioridades (por exemplo, eletrificação, isolamento e redução de resíduos e vazamentos) para ajudar a garantir o progresso contínuo da Stolthaven Terminals em direção à sua ambição , que inclui uma redução significativa das emissões de CO2 até 2030.

"A Stolthaven Terminals implementou uma série de projetos para nos ajudar a alcançar nossa ambição de nos tornarmos neutros em carbono até 2040", disse Guy Bessant, presidente da Stolthaven Terminals. "Isso inclui investimentos em nossos terminais para reduzir o consumo de energia para produção de vapor, instalação de sistemas de recuperação de condensado, economizadores em nossas caldeiras que reduzirão os requisitos de energia em cerca de 10% e parcerias em projetos que avançam na transição para a energia verde.

"A ferramenta da Deloitte nos deu insights sobre o impacto cumulativo desses investimentos, tanto na redução de emissões quanto nos custos atuais e futuros, das diferentes opções para nos ajudar a alcançar nossa ambição."

A solução de descarbonização da Deloitte ajuda as organizações a gerenciar seus compromissos de descarbonização, estabelecendo metas de emissões, cumprindo relatórios e requisitos de conformidade, otimizando portfólios, avaliando oportunidades de redução e rastreando riscos. Também permite que todas as partes interessadas se envolvam na jornada de descarbonização da organização em uma única plataforma, permitindo que as metas e reivindicações de descarbonização sejam substanciadas.

"No futuro, os resultados da ferramenta da Deloitte podem ajudar a Stolthaven Terminals na tomada de decisões estratégicas com base nas informações e metodologias científicas mais recentes dos principais órgãos e visualizar os maiores riscos e oportunidades relacionados ao clima enfrentados por seus negócios", explicou Priti Hoffmann, Partner Sustainability na Deloitte. "Mais importante, a ferramenta os ajudará a entender onde concentrar seus esforços de descarbonização".

Emil Kwaaitaal, sócio-chefe da Deloitte para Stolt-Nielsen , disse: "A Stolthaven Terminals e a Deloitte têm feito parceria globalmente por muitos anos, em muitos domínios diferentes. Apoiar a equipe em sua jornada de descarbonização está alinhado com o propósito e a ambição de nossa empresa.

Eric Vennix, líder de energia, recursos e indústrias da Deloitte, acrescentou: "Na Deloitte, temos a amplitude e a profundidade em experiência em operações de negócios, concessões e incentivos, sustentabilidade, análise avançada de dados e tecnologia para sermos um verdadeiro parceiro na jornada rumo à rede. Emissões zero."

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 24/11/2022

GOVERNO DE SP AMPLIA BENEFÍCIO DE ICMS PARA BIOGÁS E BIOMETANO

Informações: BrasilAgro (24 de novembro de 2022)

Governo de SP amplia benefício de ICMS para biogás e biometano. Imagem: BrasilAgro

O governo de São Paulo publicou nesta terça-feira (22) decreto que altera o regulamento de ICMS para atividades com biogás e biometano, visando fomentar o uso de combustíveis renováveis e aumentar a competitividade no mercado paulista.

O decreto paulista prevê o diferimento do ICMS para operações internas com biogás e biometano quando o gás for consumido em processo de industrialização em usina geradora de energia elétrica.

Neste caso, o lançamento do imposto é realizado apenas no momento em que ocorre a saída da energia do estabelecimento industrializador, permitindo maior fôlego financeiro para as empresas produtoras, afirmou o governo paulistaCom a mudança, a perspectiva é de que plantas de geração distribuída de energia movidas a biogás e biometano sejam beneficiadas, disse o presidente da ABGD (Associação Brasileira de Geração Distribuída), Guilherme Chrispim.

“A partir de agora, com esse benefício, a tendência é que São Paulo supere Minas Gerais até o fim de 2023 e assuma a liderança entre os Estados com maior capacidade instalada em geração própria de energia”, afirmou Chrispim.

Na terça, o governo paulista também assinou um acordo de cooperação com a associação Absolar, visando o aproveitamento de energia solar fotovoltaica, aquisição de energia do mercado livre, entre outros.

Segundo a Absolar, São Paulo está entre os estados brasileiros com maior potência instalada de energia solar na geração própria em telhados, pequenos negócios e terrenos, cerca de 2 gigawatts (MW) em operação (Reuters,221122)
Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 24/11/2022

ACS SE AFILIA À ICC E REFORÇA SUA CREDIBILIDADE INTERNACIONAL
Informações: Associação Comercial de Santos (24 de novembro de 2022)

Após apreciação do conselho diretor, a ACS concretizou sua afiliação a ICC – International Chamber of Commerce, organização não governamental que trabalha para promover e assessorar o comércio internacional e a globalização.

Fortalecendo negócios com ainda mais confiança
Esse importante passo contribui com os esforços da ACS para aprimorar seus serviços e engrandecer ainda mais a sua credibilidade, como a emissão de certificados de origem, documento que visa atestar a origem da mercadoria do país exportador, propiciando o seu correto enquadramento as normas negociadas nos acordos comerciais entre o Brasil e outros países.

Segundo Danielle Berini, analista sênior de policy da ICC, “A afiliação da Associação Comercial de Santos com a ICC representa um passo importante no fortalecimento e consolidação de sua imagem e confiança junto a seu público, possibilitando criar laços e negócios com novos parceiros e clientes”.

ACS no caminho da inovação
Fundada na França em 1919, a ICC possui atualmente cerca de 45 mil associados, em cerca de 130 países. Atuando como a voz das empresas nas Nações Unidas, na OMC e no G20, e influenciando no desenvolvimento de políticas nacionais em questões de importância vital para os

negócios internacionais, a ICC também gera regras globais e padrões universalmente utilizados nas transações do comércio internacional, como os Incoterms® e os Modelos de Contratos. A ICC foi quem criou, por exemplo, os Incoterms (International Commercial Terms), isto é um conjunto de regras internacionalmente reconhecidas para o comércio internacional.

Agora, com a filiação da ACS, a ICC vem para emprestar sua credibilidade na expansão dos serviços de emissão de Certificados de Origem.

Decisão que acontece num momento de avanços e modernização da Associação, em que as entregas começam a atingir outros níveis de relações e novas parcerias, fortalecendo de forma significativa e concreta o conhecimento, relacionamento, credibilidade e confiança da Associação, seja junto a seu público tradicional, como também de novos parceiros, interessados em padrões elevados, com reconhecimento internacional.

De acordo com Eduardo Lopes, gerente-executivo da ACS, “O conteúdo e o respaldo internacional oferecidos mediante essa afiliação, além de aproximar ainda mais com as melhores práticas mundiais do comércio internacional, coloca a ACS ao lado das instituições mais tradicionais e, ao mesmo tempo, modernas, oferecendo para o mercado e sociedade serviços de excelência, desenvolvimento de negócios e soluções para as questões empresariais”.

A parceria com a ICC coloca a ACS com o que existe de mais avançado e inovador no comércio internacional, revertendo em benefícios para os nossos associados.
Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 24/11/2022

PORTO DO PECÉM CONQUISTA 1º LUGAR EM PREMIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

Informações: Governo do Estado do Ceará (24 de novembro de 2022)

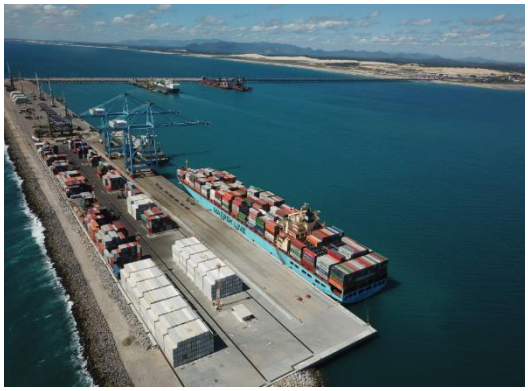


Imagem: Governo do Estado do Ceará

Um dos portos que mais crescem no Brasil e referência nacional em práticas ambientais, o terminal portuário do Pecém, que faz parte do Complexo do Pecém (CIPP S/A), conquistou o primeiro lugar no Prêmio Via Viva 2022, que é concedido anualmente pelo Ministério da Infraestrutura aos concessionários (ferrovias, rodovias, aeroportos e portos) mais bem avaliados no Índice de Desempenho Ambiental (IDA) da ANTAQ.

O resultado da premiação foi divulgado na noite desta terça-feira (22), durante a 6ª edição do Via Viva – Seminário Socioambiental em Infraestrutura de Transportes, que acontece até hoje em Brasília. O porto cearense alcançou a primeira colocação na categoria Terminal de Uso Privado – TUP, que premiou os três melhores desempenhos ambientais entre os portos brasileiros.

“Esse prêmio é um reconhecimento ao árduo trabalho dos profissionais de meio-ambiente do nosso terminal portuário. Um time que não descansa um só minuto para executar diariamente as melhores e mais modernas práticas de cuidado com a fauna e a flora presentes em toda a área de influência do Porto do Pecém. A premiação aumenta nossa responsabilidade e nos dá a certeza que estamos fazendo o melhor para manter uma relação harmônica entre o equipamento e o meio-ambiente. Isso é sustentabilidade, por isso minha gratidão a todos os profissionais que fazem o terminal portuário do Pecém”, celebra Danilo Serpa – presidente do Complexo do Pecém (CIPP S/A).

A apuração dos vencedores do Prêmio Via Viva 2022 teve como base o resultado do IDA para o setor de infraestrutura de transportes. O Índice avalia e estimula boas práticas em gestão

socioambiental, tendo como objetivo verificar a evolução qualitativa e o comprometimento socioambiental do setor, devendo servir de parâmetro para avaliar a eficácia e a qualidade da gestão ambiental nos empreendimentos de infraestrutura de transportes.

MAIS UM RECONHECIMENTO

A conquista do Prêmio Via Viva 2022 é mais um reconhecimento para o setor de meio-ambiente do Porto do Pecém, que no último dia 10 de novembro também conquistou o 1° lugar na categoria "Maior Índice Desempenho Ambiental – Terminal de Uso Privado", da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). A premiação tem como objetivo reconhecer as melhores práticas e ações que contribuem para a melhoria da prestação de serviços de transportes aquaviários à sociedade, além de fomentar a produção técnico-científica.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 24/11/2022

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA APROVA INDICADOS PARA ANATEL, ANTAQ E ANPD

Informações: Agência Senado (24 de novembro de 2022)

Dário Berger preside a reunião da Comissão de Infraestrutura. Imagem: Pedro França/Agência Senado

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou cinco indicados para integrar agências reguladoras. Foram aprovados três diretores para a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), um diretor para a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e uma diretora para a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). Todas as indicações ainda têm que ser confirmadas pelo Plenário do Senado. O presidente da CI é o senador Dário Berger (PSB-SC).

Antaq

Foram aprovados para a Antaq Wilson Pereira de Lima Filho (MSF 75/2022), Alber Furtado de Vasconcelos Neto (MSF 79/2022) e Caio César Farias Leôncio (MSF 80/2022).

A indicação de Wilson Pereira de Lima Filho foi relatada na comissão pelo senador Jayme Campos (União-MT). O vice-almirante Lima Filho está há 45 anos na Marinha do Brasil, onde foi comandante dos navios Araçatuba e Almirante Gastão Motta, assistente da Marinha na Escola Superior de Guerra, comandante da 2ª Divisão da Esquadra, chefe do Estado-Maior do Comando de Operações Navais e comandante do 8º Distrito Naval.

Doutor em ciências navais, foi ainda capitão dos portos de Alagoas e do Rio de Janeiro. Atualmente preside o Tribunal Marítimo. Wilson Pereira de Lima Filho foi indicado para ocupar a vaga de Adalberto Tokarski, cujo mandato termina em 2022.

A indicação de Alber Furtado de Vasconcelos Neto teve relatoria do senador Eduardo Braga (MDB-AM). Vasconcelos nasceu em Fortaleza, em 1978, e é servidor efetivo do Ministério da Economia, onde atualmente ocupa o cargo de analista de crédito externo da Secretaria de Assuntos Internacionais. Formado em engenharia civil, tem mestrado em engenharia hidráulica e ambiental. Na Antaq, já foi superintendente de Outorgas e gerente de Portos Organizados. Também já exerceu cargos na Secretaria de Portos, como o de diretor de Gestão de Riscos e Custos e de diretor de Gestão e Modernização Portuária, entre outros.

A indicação de Caio César Farias Leôncio foi relatada pelo senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB). Advogado, Leôncio nasceu em 1987. Tem especialização em direito tributário e direito empresarial e está cursando pós graduação em gestão empresarial, é membro da Comissão de Juristas do Senado responsável pela elaboração de anteprojetos de proposições legislativas que modernizem o processo administrativo tributário. Entre outros cargos, foi membro da Comissão de Assuntos Tributários da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Distrito Federal (OAB-DF).

A Antaq é uma autarquia criada pela Lei 10.233, de 2001, e está vinculada ao Ministério da Infraestrutura. É responsável por regular, supervisionar e fiscalizar as atividades de prestação de serviços de transporte aquaviário e de exploração da infraestrutura portuária e aquaviária. Abrange os subsetores de portos, de navegação marítima e de apoio e de navegação interior.

A Agência dedica-se a tornar mais econômica e segura a movimentação de pessoas e bens pelas vias aquaviárias brasileiras, em cumprimento a padrões de eficiência, segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade nos fretes e tarifas. Arbitra conflitos de interesses para impedir situações que configurem competição imperfeita ou infração contra a ordem econômica, e harmoniza os interesses dos usuários com os das empresas e entidades do setor, buscando preservar o interesse público.

ANPD

A indicação de Miriam Wimmer (MSF 84/2022) para ser reconduzida ao conselho diretor da ANPD teve como relator o senador Esperidião Amin (PP-SC).

Miriam é Doutora em Comunicação pela UnB, Mestre em Direito Público e graduada em Direito pela UERJ. Além disso, é certificada como especialista em proteção de dados pessoais (Europa) pela International Association of Privacy Professionals.

Entre novembro de 2020 e novembro de 2022, a indicada atuou como Diretora da ANPD, cargo para o qual, agora, busca a recondução. Durante seu mandato, Miriam foi vencedora do Prêmio Protagonista Brasil, País Digital (2021), pelas ações de impacto social em temas voltados à transformação digital e inclusiva do país e listada no Women in Data 2022, do Global Data Review, entre as 46 profissionais de maior destaque em legislação, regulação e tecnologia no mundo. Além disso, foi Integrante da Comissão de Juristas do Senado para elaboração de minuta de projeto de lei sobre Inteligência Artificial.

A ANPD é o órgão da administração pública federal responsável por zelar pela proteção de dados pessoais e por regulamentar, implementar e fiscalizar o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei 13.709, de 2018) no Brasil.

Entre as principais competências da ANPD, estão as seguintes: elaborar diretrizes para a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade; fiscalizar e aplicar sanções em caso de tratamento de dados realizado em descumprimento à legislação; promover na população o conhecimento das normas e das políticas públicas sobre o assunto; estimular a adoção de padrões para serviços e produtos que facilitem o exercício de controle dos titulares sobre seus dados pessoais; editar regulamentos e procedimentos; deliberar sobre a interpretação da LGPD.

O Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados é composto por quatro diretores do Conselho Diretor e um diretor-presidente.

Os mandatos dos membros do Conselho Diretor não são coincidentes, de modo que, sempre que possível, a cada ano, ocorra o término de um mandato e uma consequente nova indicação. Os membros do Conselho Diretor devem ser indicados pelo Presidente da República e por ele nomeados, após aprovação pelo Senado, por meio de sabatina. Os membros do Conselho Diretor são escolhidos dentre brasileiros, natos ou naturalizados, e desde que possuam reputação ilibada e notório conhecimento no campo de sua especialidade.

Anatel

Alexandre Reis Siqueira Freire teve sua indicação (MSF 85/2022) relatada por Dário Berger. Ele é advogado, doutor em direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP), mestre em direito pela Universidade Federal do Paraná e tem uma longa carreira como professor. Atualmente leciona direito público e direito processual no Instituto de Direito Público, de Brasília, na Universidade Federal do Maranhão e também na PUC SP e PUC RJ.

Fora da academia, foi subchefe adjunto e coordenador de políticas sociais da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República e assessor da Comissão de Orçamento do Congresso. Assessorou também três ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e foi chefe da Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão de Informação do tribunal.

Hoje é membro dos Comitês Executivo da Rede Nacional de Cooperação Judiciária e Gestor de Conciliação, ambos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Alexandre Reis Siqueira Freire foi indicado para ocupar a vaga de Emmanoel Campelo de Souza Pereira cujo mandato termina em 2022.

Criada em 1997, a Anatel foi a primeira agência reguladora a ser instalada no Brasil. É uma autarquia vinculada ao Ministério das Comunicações com independência administrativa, autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira, e seus diretores têm mandato fixo e estabilidade.

Cabe à Anatel adotar as medidas necessárias para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras. É o órgão responsável por implementar a política nacional de telecomunicações; administrar o espectro de radiofrequências e o uso de órbitas; certificar produtos; resolver conflitos de interesses entre prestadoras de serviços de telecomunicações; e reprimir infrações aos direitos dos usuários e à ordem econômica.

Com sede em Brasília, a Anatel fiscaliza o setor de telecomunicações por meio de gerências regionais e unidades operacionais instaladas em todas as capitais.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 24/11/2022

PETROBRAS CONCLUI COM SUCESSO TESTES EM FROTA DE ÔNIBUS DO DIESEL R COM CONTEÚDO RENOVÁVEL

Informações: Agência Porto (24 de novembro de 2022)

A Petrobras concluiu com êxito o primeiro teste no Brasil do novo Diesel R (na configuração R5), combustível com 5% de conteúdo renovável (de origem vegetal) em sua composição, que integra o programa de BioRefino da companhia, voltado para o desenvolvimento de uma nova geração de produtos de menor intensidade de carbono. A cerimônia de conclusão dos testes foi realizada nesta quarta-feira (23/11), na Refinaria Presidente Getúlio Vargas – Repar, em Araucária (PR), e contou com representantes das empresas e órgãos envolvidos na iniciativa.

Durante seis meses, quatro ônibus da Autoviação Redentor circularam com o Diesel R5 na cidade de Curitiba (PR). O teste foi conduzido pela Petrobras, Vibra Energia, Mercedes-Benz, URBS (órgão que gerencia o transporte coletivo e comercial em Curitiba), além da Autoviação Redentor.

De março a setembro deste ano, os quatro ônibus testados foram abastecidos com aproximadamente 100 mil litros de Diesel R5, distribuídos em três rotas distintas. Os resultados dos testes corroboraram a característica in do diesel renovável, ou seja, é um produto que pode ser usado nos sistemas projetados para óleo diesel sem necessidade de qualquer modificação nos motores e na infraestrutura logística.

“Este foi o primeiro teste de diesel com conteúdo renovável realizado no Brasil em condições reais de uso. Ficamos muito satisfeitos com os resultados que comprovam a viabilidade do Diesel R5

como uma alternativa de combustível de qualidade e com menores emissões de gases do efeito estufa", comenta o diretor de Comercialização e Logística da Petrobras, Claudio Mastella.

O Diesel R5 rodou com confiabilidade e bom desempenho. Não foram observados problemas como entupimento de filtros, depósitos no sistema de injeção ou perda de potência dos motores. Em relação ao consumo, o novo combustível não apresentou diferenças quando comparado com o óleo diesel mineral.

Foi possível avaliar também aspectos de produção, logística, comercialização e distribuição do produto.

Menores emissões de gases de efeito estufa
O grande diferencial do Diesel R5 está na sua capacidade de reduzir as emissões de gases de efeito estufa, sem necessidade de alteração nos motores ou nos sistemas logísticos. Em toda a cadeia, o Diesel R5 produzido para o teste evitou a emissão de uma tonelada de CO2 equivalente a cada 9,5 mil litros consumidos, aproximadamente, quando comparado com o óleo diesel mineral.

Para essa avaliação, foram consideradas as emissões da parcela relativa ao combustível fóssil durante as etapas de extração, produção e uso; assim como as emissões do conteúdo renovável, incluindo a produção da matéria-prima, a extração do óleo vegetal, o coprocessamento na refinaria e o uso final. Também são considerados nos cálculos as emissões devidas aos transportes intermediários entre todas essas etapas.

Viabilidade do Diesel R5
O teste de frota despertou o interesse do mercado pelo produto. Na primeira quinzena de setembro, a produção de 1.500 m³ foi comercializada com distribuidoras. A previsão é que, no ano de 2023, novos lotes de diesel com conteúdo renovável estejam sendo oferecidos para empresas interessadas.

Para a produção do novo combustível na Refinaria Presidente Getúlio Vargas – Repar (Araucária – PR), foram necessários investimentos no recebimento e transferência da matéria prima renovável. A produção ocorre a partir do coprocessamento (processamento conjunto) de matérias primas renováveis, neste caso, óleo de soja refinado, com óleo diesel mineral, utilizando unidade operacional já existente.

"A Repar já tem capacidade para produzir diesel com conteúdo renovável, a partir de coprocessamento de matéria prima vegetal. E planejamos expandir a produção do diesel com conteúdo renovável para outras refinarias no Sudeste e, futuramente, ter uma unidade dedicada para o processamento da matéria prima vegetal. Até 2026, serão investidos US$ 600 milhões com esse objetivo, através do Programa BioRefino", destaca o diretor de Refino e Gás Natural da Petrobras, Rodrigo Costa.

A tecnologia de coprocessamento é amplamente utilizada na Europa e nos Estados Unidos, por se tratar da forma mais rápida e de baixo investimento para se introduzir combustíveis de baixo carbono no mercado.

Na última segunda-feira (21/11), o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) decidiu que qualquer rota tecnológica de produção poderá ser utilizada na adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final. Com esta medida, o diesel renovável, produzido em unidades dedicadas ou por coprocessamento com óleos vegetais, poderá ser admitido, após a ANP regular a decisão, para cumprimento do teor obrigatório de biodiesel no óleo diesel comercializado nos postos de combustíveis. A introdução do novo combustível poderá viabilizar a utilização de teores mais elevados de renováveis nos novos motores a diesel; possibilitando, também, o aumento da competitividade na oferta de biocombustíveis no país.

Vantagens adicionais do diesel com conteúdo renovável

– Permite o crescimento do mercado de uso de óleos vegetais para combustíveis;
– Estimula a evolução tecnológica dos processos de produção;
– Amplia a oferta de produtos de baixo carbono aos consumidores;
– Tem as mesmas características do diesel fóssil em termos de desempenho e não requer adaptações em motores e instalações;
– Facilita a introdução de tecnologias veiculares mais avançadas, necessárias ao cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Programa de Controle de Emissões Veiculares (PROCONVE) do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).
Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 24/11/2022

BRASIL PODERIA EXPORTAR ATÉ 50 MILHÕES DE TONELADAS EM 2023 COM GRANDE SAFRA E CHINA

Informações: Forbes (24 de novembro de 2022)

As exportações de milho do Brasil no próximo ano poderiam bater recordes caso a grande safra projetada para 2022/23 se confirme, avaliou o diretor-geral da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec), Sérgio Mendes, estimando um intervalo entre 40 milhões e 50 milhões de toneladas de embarques.

Segundo ele, essa expectativa está fortemente baseada na previsão de safra, mas é claro que um novo protocolo assinado com os chineses neste ano dará suporte às exportações brasileiras em 2023.

Os embarques do cereal em 2022, que contam com uma safra recorde, deverão atingir 41 milhões de toneladas, segundo a Anec, possivelmente igualando marca histórica de 2019.

China
Por hipótese, a China poderia comprar 5 milhões de toneladas de milho do Brasil em 2023, com chineses dividindo suas principais origens entre brasileiros e norte-americanos.

“Vamos supor, só pensando em safra, diria que seria um número entre 40 e 50 milhões, porque a previsão de safra é muito boa. Se não acontecer nada, o caminho vai ser de uma exportação superior. E não estou computando a China, é mercado mesmo”, disse Mendes, à Reuters.

“Lógico que a China vai dar suporte. A China, supondo que ela fosse dividir com os EUA, um pouco para cá, um pouco para os americanos, seria algo em torno de 5 milhões, por aí, então alteraria o total”, completou.
Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 24/11/2022

PUTIN PROMETE AUMENTAR ESFORÇOS PARA DESBLOQUEAR EXPORTAÇÕES RUSSAS DE FERTILIZANTES

Informações: Avicultura Industrial (24 de novembro de 2022)

O presidente Vladimir Putin disse nesta quarta-feira que as autoridades russas trabalharão para desbloquear fertilizantes russos presos em portos europeus e retomar as exportações de amônia por meio de um oleoduto através da Ucrânia.

Em uma reunião com o empresário russo Dmitry Mazepin, que renunciou do controle da produtora de fertilizantes Uralchem-Uralkali depois de ter sido atingido por sanções da UE em março, Putin disse que a Rússia está pronta para aumentar suas exportações de fertilizantes.

“O principal problema provavelmente foi o fato de que muitos fertilizantes estavam congelados nos portos europeus”, disse Mazepin na reunião, que foi transmitida pela TV estatal.

Existem 262.000 toneladas de fertilizantes da Uralchem retidas em portos da Estônia, Letônia, Bélgica e Holanda, disse ele. Outros produtores, Acron e Eurochem, têm 52.000 toneladas e quase 100.000 toneladas de seus fertilizantes presos na Europa, respectivamente.

As cargas estão retidas por causa das sanções da UE aos ex-proprietários das empresas, incluindo a Mazepin. A Uralchem disse em 12 de novembro que havia feito um acordo com a Holanda, Estônia e Bélgica para enviar o fertilizante para países africanos gratuitamente.

Putin disse, no entanto, que mesmo essas doações propostas estavam sendo bloqueadas. Ele concordou em pedir ajuda às autoridades russas, dizendo que havia sido contatado por vários líderes africanos sobre o assunto.

“O tempo todo estamos falando sobre a necessidade de ajudar os países mais pobres e em questões completamente alheias à segurança alimentar, esses suprimentos, até mesmo as doações, são bloqueados”, disse Putin. “É totalmente inaceitável, mas está acontecendo.”

Mazepin também pediu a Putin mais ajuda com a retomada das exportações russas de amônia por meio de um oleoduto que vai da Rússia até o Mar Negro, atravessando a Ucrânia.

A exportação de amônia, usada em fertilizantes, não fazia parte da renovação da semana passada do acordo do Mar Negro que permite embarques de grãos da Ucrânia, embora as Nações Unidas estejam otimistas que a Rússia e a Ucrânia possam chegar a um acordo sobre os termos do oleoduto.

“Esperávamos que, quando houvesse uma continuação do acordo de grãos, que foi feito recentemente, essa questão também fosse resolvida. Mas gostaria de informar a vocês que o lado ucraniano apresenta uma série de questões políticas que estão fora de nossa competência”, disse Mazepin.

Putin respondeu: “Também trabalharemos com a ONU, com nossos colegas da organização. Veremos o que acontece.”

O presidente ucraniano, Volodymyr Zelenskiy, disse em setembro que só apoiaria a retomada das exportações de amônia via Ucrânia se Moscou devolvesse os prisioneiros de guerra, uma ideia que o Kremlin rejeitou.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 24/11/2022

JORNAL O GLOBO – RJ

ECONOMISTAS DA TRANSIÇÃO TÊM PRIMEIRA REUNIÃO COM GUEDES

Barbosa afirma que ministro colocou equipes à disposição e suas opiniões serão levadas em consideração

Por Manoel Ventura — Brasília

Os integrantes da equipe de transição do governo Lula que discutem medidas econômicas se reuniram, nesta quinta-feira, com o ministro da Economia, Paulo Guedes, no primeiro encontro da área.

Participaram da reunião os economistas Nelson Barbosa e Guilherme Melo, integrantes do grupo técnico de economia. Os economistas André Lara Resende e Pérsio Arida também fazem parte do grupo, mas não integraram a reunião.

Integrante do governo de transição, o ex-ministro da Fazenda Nelson Barbosa, fala à imprensa, após encontro com o ministro da Economia Paulo Guedes Valter Campanato/Agência Brasil

Após a conversa, Barbosa disse que Guedes passou observações e impressões sobre o cenário econômico e colocou a equipe técnica a disposição.

— Ele apresentou os resultados que o governo produziu, o que o governo espera. Impressões do que ele acredita que está acontecendo na economia. As opiniões que o ministro deu serão levadas em conta na transição — disse.

Mello afirmou que o “clima da reunião foi ótimo”.

— O ministro colocou a equipe dele à disposição. Nós vamos marcar nos próximos dias as reuniões necessárias para fazer os levantamentos dos dados e informações. O ministro também deu as impressões dele sobre o que acredita estar acontecendo na economia — afirmou.
Fonte: O Globo - RJ
Data: 24/11/2022

FUNDOS DE INVESTIMENTOS COMEÇAM A PUBLICAR PEGADA DE CARBONO DE SUAS CARTEIRAS

Objetivo, segundo as duas casas que já divulgam essas informações, FAMA e Trígono, é oferecer mais transparência ao cliente e entender como melhorar a gestão
Por Naiara Bertão — São Paulo

Werner Roger, gestor e cofundador da Trígono Luis Ushirobira/Valor

O inventário de carbono das empresas começa a ser cada vez mais cobrado por investidores. No Brasil, muitas gestoras de investimentos já procuram medir o impacto ambiental de suas decisões de alocação de recursos. Mas a divulgação dessas informações só começa agora a vir a público, mas ainda timidamente.

Duas principais casas estão à frente do movimento, a FAMA, com aproximadamente R$ 2,5 bilhões sob gestão em seu fundo de ações Fama FIC FIA e a versão de previdência privada, e a Trígono, com R$ 2,3 bilhões em sete fundos, todos de ações e foco noinvestimento em empresas menores listadas em bolsa.

Para Claudio de Moraes, professor de Macroeconomia e Finanças do Coppead/UFRJ, é um movimento que vem ganhando força, visto que o mercado financeiro e os investidores compreenderam que as empresas são responsáveis pelo meio ambiente e a sociedade e isso deve também ser incorporado nas análises.

- É uma tentativa de fazer o capitalismo funcionar melhor e lidar com a grave ameaça representada pelas mudanças climáticas - aponta. - Uma vez que os consumidores estão mais exigentes, atender às práticas de ESG [ambiental, social e de governança corporativa] tornam as empresas mais

responsáveis e preparadas para serem mais eficientes e perenes. Isso tem sido visto como um diferencial para o investidor - acrescenta o acadêmico.

O mais novo documento da praça é o da Trígono, que acaba de divulgar seu segundo relatório, com dados de 2021 de emissão de dióxido de carbono (CO^2) das empresas que compõem seus sete fundos de investimentos, feito em parceria com a consultoria especializada ATA Sustentabilidade. São avaliados os fundos Flagship FIA, Verbier FIA, Delphos FIA, Horizon FIA, Power FIA, 70 Prev FIM e Icatu 100 FIFE, no final de 2021.

Nesta segunda edição, diz Werner Roger, gestor e cofundador da casa, a qualidade dos dados aumentou. Isso se traduz em uma pontuação que vai de 1 (o mais alto grau de certeza na qualidade dos dados) a 4 (o menor grau). Este ano, essa pontuação baixou de 2,28 para 1,84, seguindo a metodologia.

- A melhora pode ser explicada por dois motivos: eu selecionei melhor as empresas e também porque as próprias empresas melhoraram, adotaram melhores práticas. Nosso objetivo é estar o mais próximo do 1 [ponto] possível - diz Roger.

O documento traz que a Trígono contabilizou um aumento das emissões em relação a 2020, passando de 48.828 toneladas equivalentes de dióxido de carbono (tCO^2e) para 195.188 tCO^2e no ano passado.

Segundo Roger, isto se deu basicamente em função do aumento dos ativos sob gestão e, desta forma, o aumento de participação no capital total das empresas investigadas, passando de aproximadamente R$ 500 milhões para mais de R$ 2 bilhões em 12 meses nos últimos dois anos. Ao analisar a pegada de carbono por cada R$ 1 milhão investido, a gestora saiu de 105 tCO2e, em 2020, para 84,77 CO2e ,em 2021.

Roger conta que as empresas, quando questionadas sobre seu inventário de carbono e se têm alguma política de compensação ou mitigação de poluição, se sentem pressionadas a fazer algo:

- Acreditamos que é importante as empresas publicarem relatórios sobre o tema, como o de sustentabilidade, para mostrar à sociedade o que estão fazendo. Quando começam a medir, conseguem ver se estão ruins e desenhar ações internas para melhorar o resultado a cada ano. Eu também, ao medir a pegada de carbono do portfólio, começo a me cobrar também para ter um desempenho melhor no ano que vem.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 24/11/2022

TARIFA DE ENERGIA DEVE SUBIR, EM MÉDIA, 5,6% EM 2023, ESTIMA ANEEL

O dado foi informado pela agência na quarta-feira ao grupo de Minas e Energia do governo de transição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT)

Por Manoel Ventura — Brasília

Torre de transmissão em Brasília: Aneel precisa de liberdade para fiscalizar o setor de energia Daniel Marenco

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estima que a tarifa de energia vai subir 5,6%, em média, em 2023. O dado foi informado pela agência na quarta-feira ao grupo de Minas e Energia do governo de transição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Foi a primeira reunião entre os diretores da Aneel e a equipe do governo eleito que trata do assunto.

O reajuste nas tarifas de energia leva em conta os custos de transmissão, distribuição, subsídios e a energia propriamente dita. Isso varia conforme o nível de chuvas e o dólar, por exemplo, entre outros fatores.

Os reajustes são anuais e variam entre cada distribuidora. Segundo as estimativas da Aneel, sete distribuidoras devem ter reajuste superior a 10%; 15 distribuidoras com reajuste entre 5% e 10%; 17 distribuidoras devem ter reajuste entre 0% e 5%; 13 distribuidoras devem ter reajuste inferior a 0%, ou seja, uma redução. Eles não informaram os nomes das distribuidoras que terão cada aumento.

O órgão não estimou os reajustes separados entre os clientes residenciais e industriais, que têm preços diferentes.

A Aneel destacou que os percentuais de reajuste são estimativas, que podem mudar até a homologação dos novos índices tarifários.

Neste ano, o reajuste da tarifa de energia para os consumidores residenciais está, em média, em 10,83%, segundo os dados da Aneel.

Os diretores da Aneel também mostraram à equipe de transição que, nos últimos 12 anos, o reajuste no país seguiu, em média, a variação do índice da inflação oficial, medido pelo IPCA.
Fonte: O Globo - RJ
Data: 24/11/2022

TRANSIÇÃO: POLÍTICA DE PREÇOS NÃO É DA PETROBRAS, É DO GOVERNO, DIZ SENADOR

Cotado para a presidência da estatal, Jean Paul Prates fala em colchão de amortecimento e preço de referência
Por Manoel Ventura e Paula Ferreira — Brasília

O senador Jean Paul Prates Roque de Sá/Agência Senado

O senador Jean Paul Prates (PT-RN), integrante do grupo de Minas e Energia na equipe de transição, disse nesta quinta-feira que a Petrobras terá uma política de preços específica para os seus clientes, assim como qualquer outra empresa possui. Ele completou, porém, que quem vai propor uma política de preços em geral, para o Brasil, será o governo.

— Política de preços não é da Petrobras, é do governo. Vamos começar a separar bem essas coisas. A Petrobras vai fazer a política de preços dela, dos clientes dela, como qualquer empresa — disse, ao chegar ao Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), sede do governo de Transição.

A política de preços da Petrobras hoje atrela o mercado interno aos custos do barril de petróleo e do dólar. O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), já disse diversas vezes que irá acabar com esse mecanismo, mas sem explicitar o que colocar no lugar.

Sem dar detalhes, o senador mencionou ainda a possibilidade de um “colchão de amortecimento” para os preços.

— Quem vai dar a política de preços em geral, para o Brasil, se vai ter de alguma forma algum colchão de amortecimento, conta de estabilização, preço de referência, etc, sem absolutamente falar em congelamento, nenhum ato interventivo, é o governo brasileiro. O governo é uma coisa e a Petrobras é outra — afirmou.

A equipe da transição avalia algumas alternativas para esse preço de referência para a Petrobras e demais petroleiras, a partir do qual seria definido o preço dos combustíveis.

Esse valor poderia considerar, por exemplo, componentes de combustível, margens de refino, distribuição e margens de revenda. Além disso, teria valores regionalizados.
Fonte: O Globo - RJ
Data: 24/11/2022

BRASIL FAZ SUA PRIMEIRA EXPORTAÇÃO DE MILHO PARA CHINA

Navio vai zarpar esta semana do Porto de Santos com 68 mil toneladas de grão. Chineses tentam reduzir dependência de EUA e sinalizam comprar também farelo de soja do Brasil
Por Bloomberg — Rio

O primeiro navio com milho brasileiro para a China vai zarpar esta semana, após um acordo fechado no início do ano entre os dois países. O Star Iris sairá do Porto de Santos com cerca de 68 mil toneladas de grãos para a operadora chinesa Cofco, segundo a agência marítima Alphamar.

A China decidiu começar a comprar grãos brasileiros em maio, em parte para reduzir a dependência dos Estados Unidos e também para substituir suprimentos da Ucrânia que ficaram bloqueados após a invasão russa. Em outubro, a China aprovou mais de 130 instalações para exportação de milho brasileiro.

O mercado esperava o início das importações do Brasil só em dezembro, já que os EUA acabaram de colher sua safra. Mas, como o milho americano é o mais caro do mundo, os primeiras embarques não só estão acontecendo antes do esperado, mas o total também pode ser maior.

Segundo a Alphamar, mais três navios estão programados para sair ainda este mês, o que pode colocar o total de embarques de novembro próximos a 200 mil toneladas. Há também outro navio que deve partir nos primeiros dias de dezembro.

Embora o Brasil seja o segundo maior exportador global de milho, a China quase nunca comprou o grão brasileiro nos últimos nove anos devido a preocupações fitossanitárias.

A liberação da importação de milho brasileiro ameaça a participação dos EUA nas compras chinesas. O milho americano respondeu por cerca de 70% das importações chinesas na última safra.

A China já compra a maior parte da soja do Brasil, oleaginosa que, junto ao milho, é o principal insumo para a ração animal usada na alimentação de seu enorme rebanho suíno. E já há sinais de que o país poderá importar em breve também farelo de soja do Brasil.

Recentemente, autoridades chinesas aprovaram 14 instalações brasileiras para o embarque de farelo de soja, segundo lista publicada no site da alfândega da China.

A China geralmente não importa farelo de soja. Em vez disso, costuma comprar grandes quantidades da oleaginosa do Brasil e dos EUA para sua indústria de processamento, que supre o país de ração animal e óleo de cozinha.

Mas os chineses têm um histórico de reduzir as compras agrícolas dos EUA quando há uma escalada de tensão entre os dois países, como ocorreu em 2018 e 2019, no auge da guerra

comercial do ex-presidente americano Donald Trump. O Brasil poderá assim, ganhar espaço dos produtos americanos nos próximos meses.
Fonte: O Globo - RJ
Data: 24/11/2022

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

POLÍTICA DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS NÃO É DA PETROBRAS, MAS DO GOVERNO, DIZ EQUIPE DE LULA

Senador Jean Paul Prates, do grupo técnico de minas e energia do governo de transição, diz que é preciso deixar claro quem define as regras do jogo
Por André Borges

O senador Jean Paul Prates (PT-RN), que atua na coordenação do grupo técnico de Minas e Energia do governo de transição, disse nesta quinta-feira, 24, que quem vai definir a política geral de preços de combustíveis, petróleo e gás no Brasil é o governo federal, e não a Petrobras.

A petroleira tem sido fortemente criticada pelo governo eleito de Luiz Inácio Lula da Silva pelos pagamentos e dividendos que faz a seus diretores, além de seguir os preços internacionais e replicá-los integralmente ao consumidor brasileiro, por meio da chamada “paridade de preço internacional”.

Segundo Prates, é preciso deixar claro quem é que define as regras do jogo. “Essa política de preços não é da Petrobras, a política de preços é do governo. Vamos começar a separar bem essas coisas. A Petrobras vai fazer a política de preços dela, para os clientes dela, para o volume e a quantidade de clientes dela, como qualquer outra empresa vende. Quem vai dar a política de preço, no geral, para o Brasil, se vai ter, de alguma forma, um colchão de amortecimento, conta de estabilização, preço de referência etc., sem absolutamente falar em congelamento, nenhum ato forte nesse sentido interventivo, é o governo brasileiro. O governo é uma coisa, Petrobras é outra”, afirmou o parlamentar, que é cotado para assumir a direção da estatal.

Jean Paul Prates; senador diz que cabe ao governo definir linhas gerais da política de preços de combustíveis. Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado

Crítica ao PPI. O senador criticou a tese de que o preço de paridade internacional (PPI) utilizado como parâmetro pela Petrobras seja um reflexo imediato do que acontece no mercado internacional de combustíveis. “Os preços do PPI já são regionalizados. Esse PPI não é um índice (internacional), ele não está publicado, não é palpável. Cada um pratica o seu PPI, de acordo com o ponto de entrega, a quantidade, as condições de atracação etc. Então o preço já é regionalizado”, comentou.

O plano do governo, disse ele, é pedir à Agência Nacional do Petróleo (ANP) que ajude a monitorar e publicar sobre o assunto, para que se saiba claramente o que afeta o preço.

Jean Paul reafirmou o que tem sido dito pelo governo de transição, que recomendou a paralisação geral de qualquer venda de ativos da petroleira, até que o novo governo assuma o comando e reavalie de estas serão, mesmo, vendidas.

“A gente está fazendo a segunda reunião hoje sobre petróleo, gás e combustíveis. Já estamos com boa parte do diagnóstico pronto para até 30 de novembro. Um segundo será em 11 de dezembro, com alertas e recomendações. Dando ideia de como está o Ministério de Minas e Energia, agência reguladora e demais órgãos”, disse Prates.

Uma reunião remota entre o grupo de transição e a diretoria da Petrobras está prevista para esta sexta-feira, 25. Outro encontro, de forma presencial, tem previsão de ocorrer no dia 5 de dezembro.

Ao deixar o Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), Prates afirmou que ficou irritado por ter sido chamado de “terraplanista” por um conselheiro da Petrobras. Ele não disse a quem se referia. “Vi essa lenga-lenga de dizer que as pessoas do governo de transição que estão falando de Petrobras são terraplanistas. Isso me irritou bastante. Isso é inconcebível. Não é um bom começo. Nós estamos tendo todo cuidado do mundo para assegurar ao mercado de que não vai haver medida interventiva, nem pé na porta de ninguém. Quem está especulando comisso está fazendo por sua própria conta e risco. Nós não estamos passando essa insegurança, em momento nenhum.”

Dividendos na mira. Prates disse que o governo Lula vai mudar, sim, as regras atuais de distribuição de dividendos para executivos da estatal que tem capital aberto na bolsa de valores. O assunto tem sido criticado desde a campanha pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva.

“Um relatório que saiu nesta semana banco Bradesco mostra claramente que a política de 100% de distribuição de dividendos está completamente anacrônica em qualquer empresa de petróleo do mundo, inclusive em relação a Vale, como empresa de mineração do Brasil. Mesmo distribuindo 40% ou 50% dos dividendos, isso ainda estaria acima dessas empresas todas, que são congêneres. Isso não é questão de direita ou de esquerda, é de decidir se a empresa precisa voltar a investir, se tem os projetos lá no pipeline ou não tem. Claro que isso precisa ser feito de forma gradual. Ninguém vai radicalizar em nada.”

Prates disse que não haverá nenhuma ruptura sobre as regras. O senador também afirmou que o governo Lula também decidir sobre a retomada de planos de refino de combustíveis no Brasil. “Os planos serão analisados empresarialmente”, comentou.
Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 24/11/2022

SUSTENTABILIDADE COM VANTAGEM FINANCEIRA: COMBINAÇÃO POSSÍVEL NO SETOR DE ENERGIA

Expansão das modalidades renováveis cria oportunidades para empresas que optarem por contratos de longo prazo
Por Schneider Electric

Grande player global em transformação digital e gerenciamento e automação de energia, a Schneider Electric tem uma área dedicada à consultoria de sustentabilidade

Todas as projeções indicam que o setor de energia renovável crescerá muito no Brasil ao longo da próxima década. Se tudo correr conforme o esperado, o processo de abertura do mercado terá novas e decisivas etapas até 2028, ano previsto para que todos os consumidores do País conquistem o direito de escolher que tipo de energia comprarão e de vão comprar essa energia, já que deixarão de ser

clientes “cativos” de uma distribuidora. A relação de consumo se aproximará da que temos hoje com provedores de internet ou de telefonia.

Esse será um incentivo importante para a energia solar e a eólica, além de outras formas limpas de produção. Não apenas por conta da crescente conscientização das pessoas e das empresas sobre a importância de contribuir para a descarbonização do planeta, mas também porque o custo dessas modalidades tende a ganhar competitividade com o aumento da escala de produção. “Optar pela energia renovável será cada vez mais viável sob o ponto de vista financeiro”, projeta Daniel Brodbekier, líder e especialista da Schneider Electric em contratos de longo prazo de energia renovável, conhecidos no mercado pela sigla em inglês PPA (Power Purchase Agreements).

Brodbekier falou sobre o tema num painel produzido pelo Estadão Blue Studio, que contou também com a participação de Marcio Trannin, vice-presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar) e diretor da Sunco Capital para a América Latina. Trannin afirmou que a abertura do mercado é um passo fundamental para que o País dê um salto na disseminação das energias limpas. “Vamos nos igualar à prática predominante nos países desenvolvidos”, avaliou.

O executivo da Absolar lembrou que, embora tenha grande potencial em energia solar – recurso amplamente disponível em todo o território nacional –, o Brasil ainda não está entre os dez líderes do ranking mundial em capacidade instalada. “Começamos atrasados aqui, apenas em 2012. Precisamos correr para recuperar o tempo perdido.”

Hora da decisão

Grande player global em transformação digital e gerenciamento e automação de energia, presente há 75 anos no Brasil, a Schneider Electric tem uma área dedicada à consultoria de sustentabilidade, com quase 100 experts à disposição dos clientes no País. No segmento de PPA, a missão é ajudá-los na tomada de decisão para adquirir energia renovável no longo prazo. São contratos que costumam ter duração entre dez e 15 anos e envolvem usinas que ainda serão construídas. “Os contratos de longo prazo são uma estratégia de blindagem contra a variação do preço no mercado de energia no Brasil, que é extremamente volátil”, ressalta Brodbekier.

Ele explicou os passos necessários para que um contrato desse tipo seja firmado com a participação da Schneider Electric como consultora do comprador. Tudo começa com o engajamento dos tomadores de decisão da empresa-cliente. A partir desse primeiro contato, a Schneider Electric se coloca à disposição para explicar detalhadamente o funcionamento de um acordo PPA, e lidera reuniões customizadas para cada departamento envolvido – tesouraria, financeiro, sustentabilidade, compras, marketing, etc.

Quando a decisão é seguir adiante, a etapa seguinte é identificar possíveis fornecedores, com respectivos preços e condições. Chega-se então a uma short list de possibilidades, sobre a qual se intensifica a análise financeira e das métricas de sustentabilidade de cada fornecedor, além das características do empreendimento planejado, entre vários outros fatores que aumentam a segurança da escolha. “Por se tratar de um acordo de longo prazo, as cifras envolvidas são significativas. O cliente precisa ter a certeza de que a energia será entregue nos termos acordados e que todo o contrato está em conformidade com as diretrizes de seu negócio”, diz o executivo da Schneider Electric.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 24/11/2022

Valor ECONÔMICO
Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

CRESCE PARTICIPAÇÃO DOS PORTOS DO ARCO NORTE NA EXPORTAÇÃO DE SOJA

Segundo a Conab, fatia no total chegou a 37,7% de janeiro a outubro
Por Fernanda Pressinott, Valor — São Paulo

Os portos do Arco Norte foram responsáveis pelo escoamento de 37,7% do total de soja exportada pelo país de janeiro a outubro deste ano. No mesmo período de 2021, o percentual foi de 32,6%, informou a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em seu boletim de logística. O volume total embarcado ficou em 74,61 milhões de toneladas, na comparação com as 80,81 milhões em igual período de 2021.

Exportação de soja no Arco Norte — Foto: Foto: Claudio Belli/Valor

O porto de Santos (SP) movimentou 33,6% das exportações do grão, ante 27,2% em igual período do ano passado. Paranaguá (PR) foi responsável por 12,8% dos embarques, na comparação com 14,2% de janeiro a outubro de 2-21, enquanto a fatia do porto de Rio Grande (RS) caiu de 14,6% para 6,5%, por causa da quebra da safra gaúcha.

A origem das cargas para exportação ocorreu, prioritariamente, nos estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Paraná e São Paulo.

De acordo com o boletim, no caso do milho os portos do Arco Norte representaram, no acumulado do ano, 45,5% das exportações nacionais, ante 48,1% no mesmo período do ano anterior. Na sequência aparece o porto de Santos, com 35,4% do total, ante 39% no ano passado, enquanto pelo porto de Paranaguá a fatia foi de 12,4%, contra 5,5% em igual período de 2021. A exportação de milho atingiu 31,5 milhões de toneladas de janeiro a outubro de 2022 e 14,6 milhões em igual período de 2021.

“O forte ritmo das exportações brasileiras de milho tem sido impulsionado pelos excelentes preços internacionais ao longo da temporada, apesar das expectativas recentes, que apontam para uma maior folga no quadro de oferta e demanda mundial”, disse o texto da Conab. “Internamente, o movimento de alta foi limitado pela resistência de compradores, particularmente os produtores de insumos para o segmento produtor de proteína animal, que preferiu utilizar seus estoques, de olho também na demanda internacional.”

Com relação ao milho terceira safra da temporada 2021/22, produzida majoritariamente na região do Sealba, a safra encontra-se no início da colheita, sendo que o pico da operação deve ocorrer em novembro.

Em algumas áreas, o cultivo é, primordialmente, para subsistência e alimentação de pequenos rebanhos nas propriedades, apesar de já despontarem na região lavouras com alto emprego de tecnologia e mecanização. “Nesse ambiente produtivo, a despeito da carência de armazéns, o Sealba apresenta uma logística bastante favorável, com rodovias importantes direcionadas para o Nordeste, natural escoadouro dos excedentes produzidos”, concluiu a Conab.
Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 24/11/2022

USINAS FIXARAM EM OUTUBRO PREÇO DE 2,4 MILHÕES DE TONELADAS DE AÇÚCAR PARA EXPORTAÇÃO EM 2023/24

Segundo a Archer Consulting, foi o maior volume mensal desta safra
Por Camila Souza Ramos, Valor — São Paulo

As usinas brasileiras fixaram, ao longo de outubro, o preço de 2,399 milhões de toneladas de açúcar que serão exportadas na próxima safra (2023/24), o maior volume mensal de hedge realizado nesta safra, segundo levantamento da Archer Consulting.

Com isso, já são 11,76 milhões de toneladas hedgeadas para a próxima temporada, ou 49% do que se espera que seja exportado.

Embarque de açúcar no porto de Santos (SP) — Foto: Foto: Paulo Fridman/Bloomberg News

As operações realizadas em outubro foram acertadas por um preço médio de R$ 2,215 a tonelada de açúcar bruto posta no porto de Santos.

No acumulado da safra, o volume foi hedgeado a um valor médio de 17,12 centavos de dólar a libra-peso (sem prêmio de polarização), correspondente a R$ 2.204 a tonelada posta no porto de Santos (com prêmio de polarização).
Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 24/11/2022

EQUIPE DE TRANSIÇÃO PEDE, E PRIVATIZAÇÕES DE SANTOS E AEROPORTOS SÃO PAUSADAS

Porto de Santos e aeroportos do Galeão (RJ) e Santos Dumont (RJ) terão de espear pela posse do governo eleito
Por Rafael Bitencourt — De Brasília

Sala de espera do aeroporto Santos Dumont, no Rio: concessões devem ficar somente para o próximo ano — Foto: Rebecca Alves/Agência O Globo

A privatização do Porto de Santos (SP), em fase final de análise no Tribunal de Contas da União (TCU), e a oferta casada dos aeroportos Galeão (RJ) e Santos Dumont (RJ), prevista para compor a oitava rodada de concessão de aeroportos em 2023, não deverão avançar um milímetro até a posse da nova equipe do presidente eleito Lula da Silva (PT). Integrantes da equipe de transição de governo já solicitaram que os processos de desestatização sejam paralisados tanto no órgão de controle quanto no Ministério da Infraestrutura.

A privatização do Porto de Santos estava para ser levada ao plenário do TCU. Conforme antecipou o Valor na semana passada, a unidade técnica do tribunal apresentou relatório opinando pela aprovação, apenas com algumas determinações e recomendações. O presidente em exercício da corte e relator do caso, ministro Bruno Dantas, pretendia pautar o processo para julgamento nesta semana. Maurício Muniz, integrante da equipe de transição de governo e ex-secretário nacional de Porto, disse ontem que o apelo foi feito diretamente a Dantas.

O governo Jair Bolsonaro tinha a expectativa de licitar o Porto de Santos até o fim deste ano. Mesmo se o cronograma fosse cumprido, à revelia da posição defendida pelo governo eleito, o eventual vencedor da disputa assinaria o contrato somente na próxima gestão.

O plano de privatização do Porto de Santos envolve a concessão da autoridade portuária Santos Port Authority, a antiga Codesp, para a iniciativa privada por 35 anos. O contrato prevê o aporte da ordem de R$ 25 bilhões, entre investimentos e despesas operacionais.

“O Porto de Santos é o que está mais adiantado no TCU. É o maior porto do Brasil e da América Latina e a gente tem uma atenção muito especial”, justificou Muniz. Ontem, ele disse que foi pedido aos técnicos do atual governo “informações adicionais” sobre o processo de privatização. Com o modelo atual, o governo poderá perder capacidade de planejar os investimentos como indutor de desenvolvimento, disse ele.

Para a transição, será preciso avaliar porque alguns portos públicos contam com modelo de privatização diferente. “Itajaí (SC) e São Sebastião (SP) estão seguindo este modelo de privatização [do Porto de Santos], mas tem também o de Paranaguá (PR) e Rio Grande (RS) que é outro modelo completamente diferente, só com a concessão da dragagem. Neste caso, não mexe com a autoridade portuária, só [a profundidade do] canal de acesso.”

No caso da oitava rodada de concessão de aeroportos, o pedido de interrupção do processo de desestatização foi feito durante as reuniões técnicas desta semana, realizadas ontem e na terça-feira, no Ministério da Infraestrutura. Neste caso, o leilão já estava programado para o próximo, mas os estudos do modelo de contratação, marcado pela saída da Infraero da gestão dos dois aeroportos, seriam iniciados agora.

Santos Dumont chegou a fazer parte da lista de terminais da sétima rodada, realizada em agosto deste ano, que contou com a oferta do aeroporto de Congonhas (SP). Nos planos do atual governo, a licitação conjugada ao terminal de Galeão resolveria dois problemas: o fracasso do contrato da RioGaleão, da operadora Changi (Cingapura), e o risco de eventual litígio entre as administrações dos dois aeroportos na disputa por passageiros.

O Valor apurou que a concessionária do Galeão estava prestes a realizar um “data room” para que tudo ficasse pronto, e o Ministério da Infraestrutura poderia lançar oficialmente o procedimento de manifestação de interesse (PMI), com o objetivo de contratar os estudos de viabilidade técnica da nova concessão. Etapa importante do processo foi concluída na semana passada, quando a RioGaleão assinou o aditivo contratual para seguir com o plano de relicitação.

A equipe de transição não precisou se preocupar com outros dois aeroportos que serão relicitados. Trata-se de São Gonçalo do Amarante (RN) e Viracopos (SP), que ainda estão na fase de instrução técnica junto ao TCU.
Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 24/11/2022

G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO

CONHEÇA O 5G PRIVADO E ENTENDA COMO A TECNOLOGIA VAI FUNCIONAR NOS PORTOS

T2S fecha parceria com a Nokia para oferecer serviços 5G aos terminais portuários do Brasil
Por T2S

Implantação do 5G nos portos espera gerar mais produtividade e uma comunicação mais ágil, assertiva e consistente — Foto: Divulgação

Não há dúvidas de que a chegada do 5G no Brasil tem gerado expectativas por conta da velocidade e das possibilidades que a tecnologia vai permitir em diferentes setores, como o portuário.

Mas quando se trata de 5G nos portos é preciso entender que ele funciona de forma diferente do uso doméstico, ou seja, o presente em nossos aparelhos como celulares, tablets, entre outros.

De acordo com o engenheiro de computação, professor universitário e um dos diretores da T2S Tecnologia, Rodrigo Lopes Salgado, as possibilidades no porto são muito mais amplas por se tratar de uma solução privada.

"No porto se implantam antenas proprietárias. O terminal compra as antenas, instala dentro da sua área de alcance e só funciona dentro daquela rede. É como se fosse uma nova operadora de celular, que é uma rede privada e precisa da licença da Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações para operar dentro do terminal."

Salgado comenta que a expectativa é de que o número de equipamentos conectados a uma antena de rede móvel aumente. "É exponencialmente maior, com a possibilidade de milhares de equipamentos na mesma antena de 5G. É desse ganho que falamos, da velocidade e quantidade de equipamentos nas antenas ao mesmo tempo, sem impacto."

Para o engenheiro de computação, professor universitário e também diretor da T2S, Ricardo Pupo Larguesa, o 5G será 20 vezes mais rápido do que as tecnologias atuais. Um outro ponto, muito importante para o setor, é a quantidade de dispositivos que essa tecnologia permite conectar simultaneamente. Enquanto no 4G, por exemplo, a cobertura é de 10 mil dispositivos por km², o 5G conectará até 1 milhão de dispositivos por km².

Mudanças e benefícios do 5G nos portos

A expectativa da chegada do 5G nos portos do Brasil acontece porque a tecnologia pretende ser um divisor de águas no setor, representando de fato uma transformação digital, que vai gerar mudanças e trazer benefícios.

Pupo afirma que a conectividade vai melhorar como um todo. "Num terminal portuário, como há veículos transitando pelo terminal, o sinal é instável e lento. Isso não acontece com redes celulares. Então, tanto o LTE, que é uma tecnologia existente e em operação, quanto o 5G, que está para chegar, vai permitir que os equipamentos tenham uma comunicação mais eficiente", explica.

O profissional também diz que a ação certamente aumentará a produtividade dos sistemas, que operam nessa rede com mais eficiência, e garantirá uma comunicação mais ágil, assertiva e consistente, porque será em tempo real.

Contêineres com dispositivos conectados a 5G, por exemplo, permitem o registro de toda a operação em tempo real: o posicionamento no pátio, a entrega dele para uma carreta, o rastreamento da carga dentro do navio.

No Porto de Santos, algumas ações já estão em andamento, com previsão para a implementação da primeira rede privada 5G em um grande terminal, prevista pela Anatel para 2023.

Parceria
Para preparar os terminais portuários, a T2S Tecnologia fechou parceria com a multinacional Nokia, com a intenção de levar o 5G aos terminais brasileiros, dando mais agilidade e abrindo a chance das empresas se atualizarem e investirem na principal tendência dos próximos anos.

De acordo com Rodrigo Salgado, a parceria surgiu durante a Intermodal South America, feira de negócios voltada ao setor de logística, transporte de cargas e comércio exterior, sendo o maior evento da área na América Latina.

A parceria inicia justamente para oferecer ao setor de operação portuária soluções de redes em substituição ao Wi-Fi.
Fonte: G1 – O Portal de Notícias da Valor Econômico - SP
Data: 24/11/2022

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

XENETA DESTACA EXCESSO DE CONTÊINERES E QUEDA NA DEMANDA
Da Redação NAVEGAÇÃO 24/11/2022 - 15:31

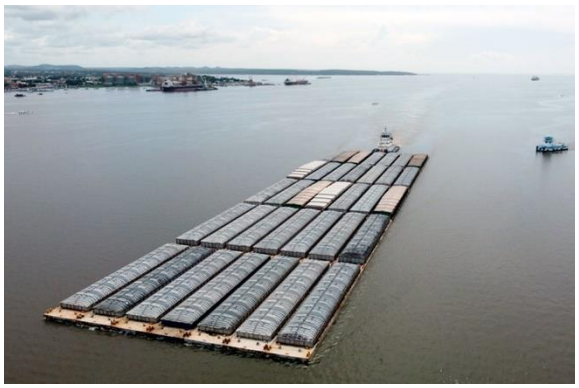
Após mais de dois anos de fretes em alta e capacidade de transporte sobrecarregada, o mercado de frete marítimo está em baixa. Segundo a Xeneta, as empresas de navegaçã se preparam para um 2023 extremamente desafiador. A previsão é de declínio contínuo nos volumes de carga, com os fretes em queda continuada. O resultado será frotas cada vez mais ociosas. Isso acontece após dois anos em que todos os navios e contêineres estavam abarrotados.

Durante a pandemia da covid-19, os fretes atingiram valores máximos históricos. Mas agora o cenáro é de queda — e no caso das tarifas spot, a descida é drástica desde o verão, destaca a consultoria Xeneta, baseada em Oslo. Usando dados de crowdsourcing dos principais transportadores globais, seus analistas estão prevendo que as tendências continuarão em 2023, resultando em um declínio adicional de 2,5%.

Quedas contínuas nos volumes transportados resultarão em uma situação desequilibrada para o mercado, prevê a Xeneta, levando a crescente excesso de capacidade. A consultoria aponta para a adição potencial de até 1,65 milhão de TEUs de capacidade em novas embarcações. A incorporação de novos navios à frota será apenas parcialmente compensada pela demolição de embarcações mais antigas. A Xeneta espera um aumento de 5,9% na capacidade de transporte de contêineres, observando que mesmo que as demolições dobrem em relação ao nosso nível atual de expectativas, a indústria marítima ainda espera uma expansão de quase 5% em sua capacidade de transporte.

A estimativa é de que até 1 milhão de TEUs ficarão ociosos.
Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 24/11/2022

HIDROVIAS DO BRASIL RECEBE APROVAÇÃO PARA OPERAR MAIOR COMBOIO DO PAÍS
Da Redação NAVEGAÇÃO 24/11/2022 - 15:19



A Hidrovias do Brasil, empresa de soluções logísticas integradas, é pioneira na operação do maior comboio do Brasil, composto por 35 barcaças, capacidade de transporte de até 70 mil toneladas e dimensões de 346 metros de comprimento e 75 metros de largura. A navegação acontecerá nos rios Tapajós, Amazonas e Pará, no Arco Norte, onde o comboio passa pelo trecho saindo de Itaituba/PA em direção à Barcarena/PA.

Com aumento em 40% na capacidade de transporte, quando comparado aos comboios atuais da companhia de 25 barcaças, será possível levar mais carga em uma única viagem, garantindo ganhos na eficiência, redução de aproximadamente 10% no combustível por tonelada movimentada e consequente redução na emissão de carbono por tonelada transportada. A ação está alinhada às metas de mudanças climáticas do compromisso sustentável assumido pela companhia, que visa apoiar a descarbonização do sistema logístico brasileiro. Na comparação com o modal rodoviário, o comboio substitui aproximadamente 1.666 caminhões por viagem.

"A nossa busca por melhoria contínua é incessante e a prova disso é esse projeto: desde o início das operações em navegação, em 2016, tivemos um crescimento em 118% no volume transportado por viagem e redução de 58% no custo operacional. Essa iniciativa se alinha ao objetivo da companhia em entregar as melhores soluções de logística integrada de maneira segura, sempre com eficiência, inovação e sustentabilidade" destaca Gleize Gealh, vice-presidente de Operações da Hidrovias do Brasil.

A companhia possui operações nos corredores logísticos do Norte do país e na hidrovia Paraguai-Paraná, bem como no Porto de Santos, e entende a necessidade de investir em inovação e aprimorar continuamente as técnicas sustentáveis, trazendo benefícios para toda a cadeia relacionada à Hidrovias do Brasil.
Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 24/11/2022

DANIEL LITVIN ACABA DE ASSUMIR O CARGO DE DIRETOR DE OPERAÇÕES DA TÓPICO
Redação

O engenheiro de produção e especialista em administração de empresas e recursos humanos Daniel Litvin acaba de assumir o cargo de diretor de operações da Tópico, líder nacional em fabricação e aluguel de galpões flexíveis de lona e aço destinados à armazenagem e coberturas.

Com mais de 14 anos de experiência no setor portuário, esta é a segunda vez que Litvin assume o desafio da diretoria de operações de uma empresa. Depois de passar por empresas como Santos Brasil e Grupo Libra, na Tópico, tem como principal meta a reestruturação do planejamento da companhia em busca de mais eficiência. Em razão do perfil de gestor de pessoas do novo diretor de operações, seus objetivos também tangenciam o desenvolvimento de pessoas, o modelo mental e a cultura de resultados.

Daniel Litvin é engenheiro de produção formado pela Universidade de São Paulo (USP), com especialização em Recursos Humanos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e em administração de empresas pelo Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 24/11/2022

BRADO PUBLICA SEU PRIMEIRO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 24/11/2022 - 15:10

Clientes da operadora que combina ferrovia e rodovia na movimentação de contêineres deixaram de emitir 254 mil toneladas de gás carbônico na atmosfera em 2021

A Brado, operadora logística especializada na movimentação de contêineres, lançou nesta quarta-feira (23) seu primeiro Relatório Anual de Sustentabilidade. Destaque para a redução da emissão de gases do efeito estufa nas operações de seus clientes: 254 mil toneladas de CO2 deixaram de ser lançadas na atmosfera pela solução multimodal da companhia em 2021.

A empresa planeja e realiza transporte de cargas em contêineres usando ferrovias para as distâncias longas e rodovias nos trechos mais curtos. É dessa combinação de modais que resulta a redução de gás carbônico, na comparação com o transporte estritamente rodoviário.

O trabalho de medir a emissão começou em 2019. Dois anos depois, a Brado disponibilizava para seus clientes o Green Log, uma calculadora de emissões de CO2. As 254 mil toneladas não lançadas em 2021 equivalem à emissão anual de cerca de 55 mil automóveis. Seriam necessárias mais de 1,8 milhão de árvores para absorver essa quantidade de carbono. O resultado representa um aumento de 11% na redução de emissão de GEE entre os clientes Brado em relação a 2020.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 24/11/2022

PROJETO NA COLÔMBIA BUSCA FINANCIAMENTO PARA CONSTRUIR ALTERNATIVA AO CANAL DO PANAMÁ

Da Redação NAVEGAÇÃO 24/11/2022 - 12:33

O projeto ligaria os dois oceanos no norte da Colômbia

A Zergratran, com sede na Flórida, busca financiamento para dar início a projeto de construir uma alternativa na Colômbia ao Canal do Panamá. A empresa precisa levantar US$ 75 milhões para os passos iniciais.

O Puerto Internacional Las Americas (PILA) está planejado para ser um túnel subterrâneo que usaria a tecnologia Maglev (de levitação magnética) para transferir contêineres em menos de 30 minutos entre portos automatizados nas costas do Atlântico e do Pacífico no norte da Colômbia. O corredor, de 128 quilômetros, operaria com emissão zero, disse a Zergratan em um comunicado à imprensa.

A empresa aposta na necessidade de rotas comerciais marítimas alternativas ao estrangulamento do Canal do Panamá. A Zergratran seria proprietária de ambos os portos por 25 anos, após os quais teria de entregar a propriedade dos portos e do túnel ao governo local.

Atualmente, os navios porta-contêineres esperam cerca de 10 a 12 dias para cruzar o Canal do Panamá, alerta a Zergratran. A empresa lembra ainda que navios de mais de 13.000 TEUs não podem cruzar o canal.

Há oito anos, uma empresa chinesa se dispôs a desenvolver uma hidrovia de 284 quilômetros na Nicarágua como uma alternativa ao Canal do Panamá, mas o projeto não se materializou.
Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 24/11/2022

NAVIO DE 23.000 TEUS DA CMA CGM RECEBE GNL VIA SHIP TO SHIP NO PORTO DE YANTIAN

Da Redação NAVEGAÇÃO 24/11/2022 - 12:16

A PetroChina, unidade de petróleo e gás da empresa estatal de energia China National Petroleum Corporation (CNPC), concluiu sua primeira operação de abastecimento de GNL ship to ship no Porto de Yantian, em Shenzhen, China.

A operação ocorreu em 22 de novembro, quando a CNPC forneceu serviços síncronos de operação de abastecimento de GNL para dois porta-contêineres movidos a GNL de propriedade da gigante marítima francesa CMA CGM.

A empresa informa que foi a primeira vez que realizou a operação simultânea de abastecimento de GNL de navios offshore.

O navio "Xin Ao Pu Tuo Hao", de 8.500 m³, entregou o combustível ao "CMA CGM Sorbonne", de 23.000 TEUs, que foi entregue à armadora francesa em junho de 2021.

O porta-contêineres movido a GNL e seus oito navios irmãos de 23.000 TEUs formam uma série de nove navios construídos na China. Eles são equipados com motores Wingd bicombustíveis e com tanques de 18.600 metros cúbicos.

No início deste ano, a CMA CGM também participou do primeiro abastecimento de GNL navio a navio da China. Em 15 de março, o "CMA CGM SYMI", um porta-contêineres de 15.000 TEUs movido a GNL, recebeu combustível no Porto de Yangshan.

Haigang Weilai, uma barcaça de bunker de GNL de 20.000 metros cúbicos implantada pelo operador de terminal chinês Shanghai International Port Group (SIPG), forneceu GNL ao navio.
Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 24/11/2022

KNOT ENCOMENDA NAVIO-TANQUE PARA AFRETAMENTO À TRANSPETRO

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 24/11/2022 - 12:07

A Knutsen NYK Offshore Tankers (KNOT) assinou um contrato com a Cosco Shipping Heavy Industry (Zhoushan) para a construção de um novo navio-tanque suezmax.

O navio de 154.000 dwt será entregue em 2025 e fretado por 15 anos à Transpetro. A KNOT tem outra unidade definida para entrega em 2024, apoiada por um afretamento de 10 anos da Transpetro.

A KNOT, com sede em Haugesund, Noruega, é uma joint venture de navios-tanque estabelecida pela

Knutsen e pela japonesa Nippon Yusen Kaisha (NYK) em 2010. Os dois proprietários também são sócios da Knutsen NYK Carbon Carriers (KNCC) — uma empresa de transporte de CO2 liquefeito.

A Knutsen informa que, com o último pedido, teria um total de 26 novas construções em construção para os segmentos de GNL e navios-tanque.
Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 24/11/2022

MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ NAS PÁGINAS DO LINKEDIM.COM

Este conteúdo também está no Linledin.com-www.linkedin.com/in/reginaldo-ferreira-0aa5161a2
Fonte : InforMS
Data: 24/11/2022